

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de dezembro-----
-----Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um (quarta-feira) pelas dezasseis horas e trinta minutos, teve lugar no auditório da Casa Municipal da Cultura, a sessão ordinária em “*formato presencial*”, com a seguinte ordem do dia: -----

1. **Período antes da Ordem do Dia**-----
 - 1.1.-Leitura, discussão e aprovação das Atas das sessões anteriores; -----
 - 1.2.-Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente. ----
 - 1.3.-Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local. -----
2. **Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----
3. **Propostas da Câmara Municipal.** -----
 - 3.1.-Apresentação, discussão e votação do **Regulamento da venda de Lotes da Área de Localização Empresarial de Pedrógão Grande (ALE)**. -----
 - 3.2.-Apresentação, discussão e votação da proposta da **Estratégia Local de Habitação de Pedrógão Grande**. -----
 - 3.3.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Freguesia da Graça**, para reparação e revisão da embraiagem do seu trator. -----
 - 3.4.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Pedrógão Grande**, para aquisição de trator agrícola e limpa bermas. -----
 - 3.5.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº05.P/2021- **Seguro de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais**- Lei nº 29/87 de 30 de junho; -----
 - 3.6.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº 07.P/2021- **Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aplicar em 2022**; -----
 - 3.7.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº08.P/2021- **Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2022**; -----
 - 3.8.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº09.P/2021- **Participação variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)RS-Ano 2022**. -----
 - 3.9.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº10.P/2021- **Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2022**. -----
 - 3.10.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº 13.P/2021- **Organização dos serviços do Município de Pedrógão Grande**. -----
 - 3.11.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **rejeição da transferência de competências na área da Educação e Saúde**. -----
 - 3.12.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **rejeição da transferência de competências na área da Ação Social**.-----
 - 3.13.-Apresentação, discussão e votação das propostas de **Transferências de competências para as Juntas de Freguesia**. -----
 - 3.14.-Apresentação, discussão e votação das propostas de **Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia**. -----
 - 3.15.-Apresentação, discussão e nomeação de representantes na **Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, ao abrigo do DL nº82/2021 de 13 de outubro. -----
 - 3.16.-Apresentação, discussão e eleição do **Presidente da Junta de Freguesia**, em representação das Freguesias do concelho no “*Conselho Municipal da Educação*” e nomeação do “*Conselho Municipal da Educação*”. -----
 - 3.17.-Apresentação e apreciação da **Situação Económica e Financeira do Município de Pedrógão**

Grande, dados referentes ao 1º Semestre de 2021. -----

3.18.-Apresentação, discussão e votação da proposta do “**Mapa de Pessoal para o ano de 2022**”. -

3.19.-Apresentação, discussão e votação da proposta dos “**Documentos Previsionais 2022-Orçamento e Grandes Opções do Plano e Normas de Execução Orçamental**”. -----

4. Intervenção do Público. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, ordenou que se procedesse à assinatura do livro de ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia Municipal senhores: **Raúl José Piedade Baptista Garcia; Maria Margarida David Lopes Guedes; Nélia Maria Henriques Alves; Américo Augusto da Fonseca Rocha; Rui Miguel Morgado Capitão; António José Figueira Domingues; Ulisses Quevedo Lourenço dos Santos; Armínio David Fernandes; Magda Sofia Alves David; Susana Alexandra Antunes Dias José; José Miguel de Jesus Pereira Barão; António da Conceição Henriques David; José Lopes Nunes; Ricardo José Martins Simões; Mafalda Inês David Coelho; Custódio José Carvalho Rosa; Maria de Fátima Simões Neves e Ana Sofia Pires Coelho Dias Ferreira.** -----

Os três últimos membros supracitados, respetivamente das três **Juntas de Freguesia** do concelho de Pedrógão Grande, integram a Assembleia Municipal. (Conforme o estabelecido na Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de setembro, no seu número um do artigo quadragésimo segundo). Sendo que a Dr.ª **Ana Sofia Pires Coelho Dias Ferreira**, Secretária da Junta de Freguesia de Vila Facaia, está em substituição do Presidente da referida Junta de Freguesia. -----

-----O primeiro secretário da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, faltou por motivo justificado, sendo substituído pelo membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Mafalda Inês David Coelho.** --

-----A mesa da Assembleia Municipal é constituída pelos senhores: Dr. **Raul José Piedade Baptista Garcia** Presidente da Assembleia Municipal que presidiu à sessão, sendo secretariado pelo membro da Assembleia Municipal senhor **Armínio David Fernandes** como Primeiro Secretário em substituição, a convite do senhor Presidente da Assembleia Municipal, após o membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, que é o membro seguinte na ordem dos eleitos da Assembleia Municipal, ter informado que prescinde a sua posição na Mesa. Ainda a Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves** como Segunda Secretária, fez-se representar. (Conforme o estabelecido na Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de setembro, no seu número um do artigo quadragésimo sexto, bem como explanado no respetivo Regimento da Assembleia Municipal). -----

-----A Câmara Municipal esteve representada pelos Presidente Dr. **António José Ferreira Lopes**; Vice-presidente Eng.º **Luís Filipe Jesus Correia**; Vereadores senhora Eng.ª **Dora Cristina Antunes Santos Rodrigues** e o senhor **Luís Manuel Piedade David**, (conforme o estabelecido na Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de setembro, no seu artigo quadragésimo oitavo e ainda explanado no respetivo Regimento da Assembleia Municipal). Verificou-se a ausência do vereador Eng.º **Nelson David Fernandes.** -----

-----Confirmada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, dando início à **sessão ordinária** da Assembleia Municipal começou por convidar e dar posse ao membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Mafalda Inês David Coelho**, que fez o respetivo juramento. -----

De igual modo tomou posse, fazendo o respetivo juramento a Dr.ª **Ana Sofia Pires Coelho Dias Ferreira.**

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, prosseguiu e disse pretender deixar algumas notas.-----

-----A primeira nota e dada ser previsível que a sessão da Assembleia Municipal seja muito

prolongada, informou da necessidade de se fazer um intervalo, para quem pretenda jantar ou comer alguma coisa, por volta das oito horas. -----

-----A segunda nota é que em consenso entre os Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, ficou decidido retirar da Ordem de Trabalhos o ponto três ponto um (3.1.) - Regulamento **da venda de Lotes da Área de Localização Empresarial de Pedrógão Grande (ALE)**. Salientou que se manterá a Ordem de Trabalhos, no que concerne aos pontos seguintes. -----

-----Relativamente à terceira nota, nomeadamente do risco da sessão se tornar interminável, fez um apelo para que todos cumpram o Regimento da Assembleia Municipal. Ressaltou ser sua intenção enquanto Presidente da mesma em exercido, que procederá em conformidade. -----

-----Por fim a quarta nota e relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal, fez referência à data do mês de fevereiro para procedimento à sua revisão. Destacou ainda ser expectável o contributo de todos os membros e referiu já ter rececionado uma sugestão do membro da Assembleia Municipal Dr. José Barão. -----

*

-----Prosseguiu e ponto um- **“Período antes da Ordem do Dia”** -----

*

-----1.1. **-Leitura, discussão e aprovação das Atas das sessões anteriores.** -----

-----Usando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou se alguém pretendia a leitura em voz alta das atas e/ou se os membros da Assembleia Municipal, tomaram conhecimento das mesmas. Caso pretendessem efetivamente fazer correções, deveriam neste ponto, fazê-lo em voz alta, a fim se serem do conhecimento de todos e serem tomadas as respetivas notas. -----

-----O **Membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, começou por cumprimentar todos os presentes fazendo referência, que pretendia introduzir algumas alterações/retificações à ata número um e dois, pelo que fará chegar por email essas mesmas alterações à pessoa que está afeta a esse serviço. Após a sua entrega a seguir se transcreve o teor das mesmas: ---- **Ata número um** “... *Doutor António José Figueira Domingues, deu início à sua intervenção dizendo: “Muito boa tarde a todos. Permitam-me, antes de mais e naturalmente com a autorização do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, dirigir umas breves palavras. Enquanto Pedroguense e naturalmente eleito pelo povo do Concelho de Pedrógão Grande para o próximo quadriénio 2021-2025, digo que estou aqui para vos representar e defender os vossos interesses, que afinal são os interesses de todos. Pretendo também deixar aqui uma palavra de apreço, algo que tem que ser feito de uma forma digna, correta e eticamente e moralmente sentida, relativamente a todos os órgãos cessantes, sem exceções, que lideraram os destinos do nosso Concelho nos últimos quatro anos, em particular os órgãos cessantes que constituíram a mesa da Assembleia Municipal, os órgãos do Executivo da Câmara Municipal, dirigido pelo Senhor Presidente cessante, Valdemar Alves e todos os Presidentes de Junta de Freguesia. Quero crer que todo o trabalho realizado, com toda a adversidade e dificuldades colocadas perante nós, vós e a população de Pedrógão Grande, inclusive toda a região, terá sido feito sempre numa perspetiva de defesa da nossa população e do nosso Concelho. Há uma coisa que os nossos antepassados diziam, a nossa consciência, o tempo dirá se tivemos ou não razão naquilo que fizemos e como o fizemos. Em 2020, exerci as funções de Vereador pelo PSD, e esta minha dedicação à causa de Pedrógão Grande, continuará agora enquanto membro eleito pelo CDS-PP na Assembleia Municipal. Permitam-me também deixar aqui uma palavra de apreço, pois, este é, para mim, um momento de emoção profunda. Embora nesta sala, estejam cores e partidos políticos de várias ideologias, uma coisa é certa e digo isto de uma forma insistente e de forma muito convicta, há uma coisa que nos une a todos, é que nós somos todos Pedroguenses, esta é a nossa terra, é aqui que vivemos, é aqui que nós criamos a nossa família, é aqui que nós temos as nossas raízes e de uma vez por todos é fundamental, e aqui dirijo uma palavra especial ao Senhor Presidente eleito da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, ao seu Executivo e a todos os órgãos eleitos, sem exceção: este é o nosso Pedrógão, vivemos um presente e projetamos um futuro, não* -----

são momentos fáceis, são difíceis, entendam e subentendam que tem que haver uma vez por todos união, tem que haver um entendimento naquilo que da minha parte, e digo-o claramente, como candidato não-filiado e eleito por um partido político, o CDS-PP. Mais, a todos digo, enquanto Pedroguense, contém sempre comigo, estarei sempre disponível, sempre estive e continuarei a estar presente para o bem do nosso Concelho e, acima de tudo, em tudo que implicar e contribuir para o bem da nossa população. O meu bem-haja e que tudo corra pelo melhor. Temos que acreditar que a quem foi entregue os destinos do nosso Concelho, sem exceção, acreditando que melhores dias virão. Interessa o que nós fazemos e a forma como contribuimos pelos nossos atos para uma melhoria continua e garante do futuro do nosso Concelho. O caminho que conseguimos traçar é fundamental e temos que todos acreditar que a mudança é possível. E essa mudança só é possível se entre todos houver entendimento, porque os pedroguenses o conseguem e isso é notório no nosso passado. O Senhor Presidente cessante, Valdemar Alves, disse várias vezes ao longo do seu mandato que Pedrógão Grande tem um historial riquíssimo, hoje somos o que somos precisamente por esta referência histórica que foi marcando sucessivamente a nossa identidade enquanto pedroguenses. Temos um enorme potencial, um potencial que nos leva a crer que é possível alcançar os grandes objetivos, mas para isso, enquanto pedroguenses, é necessário que saibamos nos unir para fazer um único caminho. Entrei neste processo político porque acredito convictamente nas pessoas e no futuro de Pedrógão Grande. Muito obrigado a todos. -----

*----Em relação à **Ata número dois**, a alteração foi a seguinte “...Dr. António José Figueira Domingues, começou por intervir cumprimentando todos os presentes, referindo que a sua posição é a de subscrever o que foi dito anteriormente pelos membros desta Assembleia Municipal, essencialmente no que concerne à oportunidade deste órgão poder fazer parte integrante da ANAM. Acrescentou que em situações idênticas, deveria sempre este órgão tirar partido dessas situações como forma de enriquecimento do conhecimento e a própria valorização do Concelho, por demais, tratando-se do pagamento de uma joia simbólica de quarenta e poucos euros mensais. Lamenta de igual modo que não tenha sido assumido esta decisão de fazer parte do ANAM, pelos dois anteriores executivos”. -----*

*-----O membro da Assembleia Municipal **Dr. Ulisses Quevedo**, desejou votos de Boas festas e disse pretender propor uma alteração ao quinto paragrafo da ata número um de dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, sendo a sua proposta em consenso com os restantes membros da Bancada do Partido Socialista, pelo que ficou explanado do seguinte modo: “ O Presidente da Assembleia Municipal, **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, questionou se algum Membro da Assembleia Municipal se opunha a que o Regimento da Assembleia Municipal se mantivesse em vigor. Não se tendo verificado qualquer oposição o Regimento da Assembleia Municipal vigorará até á sua revisão, a efetuar tão depressa quanto possível.”.-----*

*-----Seguidamente o membro da Assembleia Municipal **Dr. José Miguel Barão**, cumprimentou todos os presentes e disse pretender correção ao seu nome, dado o mesmo estar incompleto na lista de presenças, na ata número dois de doze de novembro de dois mil e vinte e um, efetivamente ser “José Miguel de Jesus Pereira Barão”. -----*

*-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a **ata número um** de dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, com zero votos contra e **duas abstenções**. ----- Deste modo foi **aprovada por maioria, com duas abstenções**. -----*

*-----Seguidamente colocou a votação e de igual modo a **ata número dois** de doze de novembro de dois mil e vinte e um, com zero votos contra e uma abstenção. ----- Foi **aprovada por maioria com uma abstenção**. -----*

*

*-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl Garcia**, prosseguiu com os trabalhos e em relação ao ponto 1.2.-“**Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente**”, salientou ser a correspondência essencialmente da ANAM- Associação Nacional de*

Assembleias Municipais, nomeadamente livros; “Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais” e o “Guia Prático das Assembleias Municipais”, que poderão ser consultados posteriormente, junto da colaboradora Jacinta Paes. Referiu ainda a realização do III Congresso Nacional da ANAM, no próximo dia 19 de fevereiro na Covilhã. Em relação ao Congresso, disse que far-se-á representar pela Dr.ª Nélia Alves. -----

-----A terminar o ponto em questão, colocou os mesmos à disposição, para consulta. -----

*

-----1.3.-**Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.**-----

-----Neste ponto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de participarem no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores Dr. **Ricardo Simões, Professor António David, Dr. António Figueira, Dr. Rui Capitão, Dr.ª Nélia Alves** e Dr.ª **Margarida Guedes**. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ricardo Simões**, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, prosseguiu questionando qual o ponto de situação do empreendimento Restaurante Lago Verde. -----

-----Questionou ainda a reparação da caldeira da Piscina Municipal assunto esse, já com algum tempo e se efetivamente já estaria em condições de laborar. -----

-----Em relação ao Centro de Saúde de Pedrógão Grande e colocando a hipótese dos médicos a prestar serviço atualmente, possam vir a ausentar-se num futuro próximo, se está assegurada essa previsível ausência, e se há alguma salvaguarda junto da entidade responsável. -----

-----Ainda questiona qual o tempo previsível para conclusão das obras na Avenida principal da Vila de Pedrógão Grande, se estão equacionadas algumas possíveis retificações ou melhorias. -----

-----Prossegui referindo-se ao Clube Náutico e ao projeto em si, em que ponto de situação se encontra. -

-----Ainda fez referência à página da Internet (assunto já tratado em várias sessões das Assembleias Municipais) e quais as perspetivas de melhoramento da mesma. -----

-----Outro ponto, o saber qual a posição do Executivo e Presidente da Assembleia Municipal, relativamente aos recursos hídricos do nosso concelho. Salientou ser o ponto emergente de preocupação o nível de caudal da barragem do Cabril, com níveis muito inferiores ao espetável nesta época do ano. Esta matéria deixa-o deveras apreensivo tanto mais o verão de 2022 estar a aproximar-se e os incêndios serem uma realidade. Inclusivamente os de 2017, estarem vivos nas memórias do Pedreguenses. Sabe-se ser a albufeira o recurso viável ao alcance dos bombeiros e da proteção civil, para colmatar esse flagelo e questiona o executivo se estão assegurados efetivamente outros recursos, nomeadamente se os pontos de abastecimento de toda a proteção civil para o combate aos incêndios, estão acautelados. -----

-----Outro ponto está relacionado com os caminhos florestais, sendo sua preocupação e de outros pedreguenses de opinião que os mesmos, estão a ser mal geridos e serem um dos principais meios de acesso direto, às zonas conflituosas no combate direto por parte da “*proteção civil que somos todos nós*”. Sabe ser esta matéria de importância fulcral, assim todo o sistema envolvente e relacionado com a proteção da floresta, não só os fogos urbanos e sísmos. -----

-----Falou ainda da viabilidade da criação da Escola Profissional em Figueiró dos Vinhos e das possíveis contrariedades que se depreendem da concretização da mesma, nomeadamente a escassez de alunos, a taxa populacional cada vez menor, pondo em risco inclusivamente a Escola Profissional de Pedrógão Grande e questiona se houve alguma intervenção por parte do Executivo nesse sentido. -----

-----Ainda sobre esta matéria fez referência à notícia vinda a público pela Comunidade Intermunicipal de Leiria e na atribuição de mais de dez milhões de euros, para o combate ao insucesso escolar e inclusivamente em Castanheira de Pera, disse terem sido apresentados e aprovados projetos, concursos. Questiona o que foi feito no concelho de Pedrógão Grande, relativamente a esta matéria? ---

----Fez referência à necessidade de melhoria dos caminhos florestais e que deverão ser responsabilizados os intervenientes que os destroem, nomeadamente as empresas de madeiras, não repondo a sua limpeza. Sendo ainda de opinião, que se deve preparar/acautelar o verão de 2022. -----
----A terminar a sua intervenção congratulou-se e agradeceu a intervenção relativamente à fabulosa iluminação de Natal, (modo como se referiu à mesma) e salientou ainda ser do seu conhecimento, que a população de concelhos vizinhos se deslocou à vila de Pedrógão Grande, para desfrutar daquele espetáculo de luz e cor.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Professor António David**, dirigiu-se a todos os presentes cumprimenta-os e desejando um Bom Ano. -----

----Referiu propriamente, antes da sua intervenção relacionada com o ponto um ponto três, pretender propor à mesa da Assembleia Municipal que aprovasse **um voto de pesar**, pelo desaparecimento trágico do dirigente associativo e atleta, muito querido para os Pedroguenses, senhor **Paulo Jorge Simões David**. -----

----Prosseguiu e divagando sobre a fraca densidade populacional que a pandemia agravou, bem como as desigualdades emergentes de toda esta conjuntura. Mais disse acreditar que futuramente o panorama se vislumbra pouco apelativo. -----

----Pretendeu partilhar algumas notas e referiu-se ao início de um novo ciclo político e a necessidade de criação de postos de empregabilidade, nomeadamente na zona industrial, o apoio à natalidade, matéria que gostaria de ver explanada nas GOP para 2022.-----

----Preocupa-o o envelhecimento da população e salientou a necessidade de criar alguns apoios, inclusivamente em colaboração com associações e ainda o regresso da academia sénior, a fim de manter a população ativa. Ponderar inclusivamente a contratação de um animador cultural. Haver planificação e participação de todos nesses eventos, sem haver atropelos. -----

----Não descurar o apoio ao associativismo, a fixação das populações, criar incentivos, a nível da derrama, apoiar indústrias e a sua fixação, a nível do IRS e IMI.-----

----Lamenta que o poder central esteja muito afastado das populações e ser sem dúvida o poder local mais próximo a dar respostas. *“Não se temer as responsabilidades”* e salientou ter-se mais capacidade, para servir melhor as populações. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, começou por cumprimentar todos os presentes, desejando votos de boas festas, extensíveis a familiares. -----

----Disse, pretender reforçar o que foi dito pelo seu colega de bancada Dr. Ricardo Simões e deixar uns alertas ao novo executivo. O mesmo acrescentou perceber e compreender que este executivo estava no início do seu mandato, pelo que o balanço da sua atividade terá que ser feito no final do seu exercício. Não obstante, desejou a todo o executivo, composto por cinco elementos (do PSD e do PS), um bom mandato desejando que assim continuassem a trabalhar, contribuindo para o progresso de Pedrógão Grande e da sua população. -----

----Seguidamente realçou outra matéria que foi do seu agrado, a iluminação de Natal! Felicitou o executivo pelo trabalho realizado. -----

----Outra questão evocada, essa relacionada com a covid-19 e todo um conjunto de situações provocado por esta, pelo que deixou um alerta no sentido de não ser descurado o apoio ao comércio, às empresas, às instituições e à população, em geral. -----

----Ainda no seguimento do ponto anterior, referiu-se em especial ao centro histórico da vila de Pedrógão Grande, estando em sua opinião na eminência de desaparecer, pelo que deixa um alerta para não serem descuradas quaisquer candidaturas entre outras sinergias, protocolos e tudo o mais que potencie esta matéria.-----

----Mais disse, estar em consonância com o membro da Assembleia Municipal professor António David no que respeita à contratação de um animador cultural, que dinamize e revitalize toda a população em apreço.-----

----Salientou ainda a necessidade do executivo retomar a publicação da revista municipal, dado ser um meio prático e usual de fazer chegar toda a atividade municipal a todos os municípios, sem exceção.-----

----Quanto à questão do Movimento associativismo, subscreve na íntegra a proposta do professor António David. -----

----Focou outro aspeto, ou seja, a questão da internacionalização, as ligações a outros países, a organismos internacionais, a municípios estrangeiros, salientando a necessidade e ser fundamental tirar proveito da nossa comunidade estrangeira como referiu conhecedoras da realidade internacional.-----

----Quanto ao reforço das parcerias referiu ser cada vez mais importante trabalhar-se em rede, interagir-se e afirmou ainda estar disponível para colaborar naquilo que entendessem, (disse a terminar a sua intervenção.) -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu ser sua intenção tratar vários pontos os quais após entrega de documento se passa a citar: *“Começo por cumprimentar e desejar as boas festas e uma boa entrada em 2022, na medida do possível, ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Assembleia Municipal; ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Pedrógão Grande e restantes membros do Executivo; aos eleitos locais da bancada do PSD; do PS e do CDS; às senhoras e senhores funcionários afetos à presente Assembleia Municipal; ao público e a todos quantos presentes.*-----

----*Sendo esta a 1ª Assembleia Municipal Ordinária gostaria de deixar um conjunto de notas, notas essas que entregarei por escrito para que façam parte da ata. O que desde já requeiro à Mesa. -----*

----*A **PRIMEIRA NOTA** é de felicitação ao executivo na pessoa do Dr. António Lopes pela sua eleição. Desejo a todos os elementos do executivo um excelente mandato. E deixo umas palavras de incentivo. Entendam o exercício inicial das vossas funções como o arranque de um comboio, cheio de força, cheio de massa, mas porventura lento na fase inicial ou não à velocidade de que se gostaria, mas depois começa a desenvolver até que é, depois, difícil pará-lo. É isso que desejo ao executivo. **Uma arrancada suave, marcha precisa e velocidade certa** para fazer de Pedrógão Grande novamente estação e retirá-lo do apeadeiro em que se encontra. -----*

----*O último resultado eleitoral autárquico não se tratou de uma derrota do Partido Socialista nem uma Vitória do Partido Social Democrática o que se passou em Pedrógão Grande nas últimas autárquicas foi um grito urgente de mudança. Quer os pedroguenses tenham votado em pessoas quer tenham votado em partidos o que disseram foi: **Basta! Precisamos Diferente! Precisamos de Mais!** E assim sendo a **vossa** (órgão executivo) e a **nossa** (órgão deliberativo) responsabilidade enquanto eleitos locais com maiorias nos dois órgãos é acrescida e é muito grande porque grande é a expectativa. Fica a maioria do executivo a saber que pode contar com o apoio desta bancada do PSD, com as suas ideias e também com o seu espírito crítico, porque esta bancada não se limitou no passado nem se limitará no futuro, a um mero levantar de braço no ar quando solicitado muito menos quando imposto. -----*

----*A **SEGUNDA NOTA** vai para a Mesa da Assembleia na pessoa do Dr. Raul Garcia. Estou contente pelas mudanças, por exemplo pela possibilidade de quem quiser receber os documentos em suporte físico o poder solicitar, confirmação via telefone se as convocatórias e se a documentação chegou, e se está tudo, etc.-----*

----*Mas estou feliz por regressar e tornar a fazer parte de uma **Assembleia Municipal Livre**. Em que os eleitos são livres para se exprimir, livres para questionar, livres para desconfiar. Para trás fica o passado recente em que perguntar, criticar, fiscalizar era pecado e se batiam palmas ao silêncio. Fechar os olhos e não falar muito era a postura certa e o caminho para alguns. Não para a bancada minoritária do PSD muito menos para mim!. Assim rezam as actas. Nunca os apupos, os escritos vexatórios me calaram, intimidaram, ou impediram que pelo esforço da bancada do PSD fossem retiradas e caíssem propostas apresentadas pelo Executivo na Assembleia Municipal. -----*

----*Quatro anos maus **em termos de democracia local** em que o executivo com a passividade e anuência da mesa da Assembleia Municipal não respondia às perguntas directamente colocadas; quando as perguntas colocadas ao executivo através da mesa da Assembleia Municipal não eram, por regra, respondidas; quando o acesso à documentação era tardio, difícil e noutros casos negado; quando as convocatórias eram feitas em cima do joelho; quando umas vezes se ligava a uns eleitos do PSD e a outros não quanto aos pedidos de substituição; quando se trocava a ordem dos eleitos; quanto as*

assembleias eram convocadas para horas impróprias; quando os documentos chegavam tardiamente aos eleitos e em suporte não acessível; quando a mesa interrompia constantemente os eleitos quando estes se encontravam no uso da palavra; quando era dada a terceiros a palavra para politicamente responderem pelo executivo.-----

----Mas se foram tempos difíceis para a oposição em sede de Assembleia Municipal não menos difícil o foi para o Executivo Municipal - desde os vereadores serem confrontados com actas que faziam menção a conteúdos e declarações inexistentes e não proferidas em reunião; desde o impedimento de vereadores eleitos de reassumir as suas funções obrigando-os a recorrerem aos tribunais administrativos para que as pudessem exercer; desde ordenar-se a presença de um vereador faltoso e a sua retira do seu local de trabalho para ser transportado ao edifício camarário para comparecer à reunião de modo a possibilitar quórum deliberativo depois de dada por finda a dita reunião de câmara e dois vereadores terem abandonado previamente os Paços do Concelho; desde ao facto de vereadores se sentirem ameaçados para o livre desempenho das suas funções, é de facto difícil fazer oposição.-----

----Enfim...4 anos em que se tentou suspender o direito à oposiçãose não mesmo tentando-se de tudo para impor como que um regime e uma ditadura ...uma vergonha só denunciada pelo PSD com raríssimas excepções do lado do Partido Socialista, como foi o caso, por exemplo, da Dr^a Margarida Guedes.-----

----**Deixo assim a TERCEIRA NOTA.** Uma nota de certeza. Que é garantir hoje ao PS que no passado foi maioria e aplaudia esse juízo de censura e que com este era conivente, favorecendo um clima de medo, desrespeitando pelo direito de oposição, que será bem tratado e respeitado não só pela Mesa da Assembleia Municipal como pela actual maioria PSD. Uma nota de certeza também a todos quantos compõem a bancada do PS e do CDS é a de que não serão desrespeitados no seu direito à crítica e à opinião, que não serão constrangidos, apartados nem existirá da nossa parte tentativas de silenciar o direito à oposição.-----

----Não temam também os Sr. Vereadores da oposição em serem retirados dos v/ locais de trabalho sob escolta de modo a garantirem quórum deliberativo. Isso acabou. -----

----Não sou apologista do discurso após eleições, que cai sempre bem e é bonito do “temos que dar todos as mãos”; “temos que estar todos unidos para o bem do concelho”. Se antes de eleições as pessoas não dão as mãos também não é depois que o vão fazer. **Quando a maioria anda de mãos dadas com a oposição as coisas não vão bem, alguém não anda a fazer o seu trabalho e as democracias perdem.** Sou sim é defensor que uma oposição forte, sem medo ou receio, com sentido crítico é um contributo importantíssimo para a democracia, para o debate, para a melhoria de políticas ou comportamentos para o crescimento do Concelho. Foi o que o PSD sempre fez e fará e espero que a oposição faça pois só **assim por caminhos separados podemos chegar juntos ao nosso destino.** -----

----Posto isto termino com uma **QUARTA NOTA** – A de parabéns à 3^a e nova força política desta Assembleia ou seja ao CDS.. Ao seu cabeça de lista - Dr. António Figueiras dou os meus cumprimentos pela sua eleição. Na política não há, nem nunca houve, independentes é uma desculpa que se apregoa quando se muda de equipa ou se pretende ter assento em todas. E mudar de equipa é um direito que assiste a qualquer atleta. Seja como for caro Dr. desejo-lhe um melhor mandato neste órgão ao serviço do CDS do que aquele que por si foi exercido ao serviço do PSD no último executivo. Ao Ricardo que não esperava ver nestas andanças fico feliz por aqui o reencontrar e pretender dar o seu contributo a esta terra faço votos também, para ele, de um bom mandato. -----
Disse”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.^a Nélia Alves,** começou por cumprimentar todos os presentes, e desejar votos de Boas Festas e que 2022 seja melhor para todos. Salienta a necessidade de ser retomado um equilíbrio no dia a dia de cada um, mas também no concelho de Pedrógão Grande. ----

-----Prosseguiu para felicitar o executivo do modo como iniciaram o mandato, na tomada de posição, em relação à abertura da porta principal da Câmara Municipal, que em sua opinião e de inúmeros municípios, incluindo funcionários foi a decisão certa exepetável por todos. Mais disse ser uma realidade constatada efetivamente, necessária dado estar-se a precisar efetivamente de mudança. Referiu ainda

ser um objetivo do executivo concretizar a “mudança” acreditando ainda que todos os órgãos iriam contribuir para essa realidade. -----

----Prosseguiu e demonstrou a sua satisfação em relação ao site do Município, felicitando o executivo dado ter verificado informação atualizada, nomeadamente a relacionada com os diversos membros de cada órgão e inclusivamente as atas. Lamentou, no entanto, que a página no separador central, não estivesse atualizada, sabendo no entanto, que a mesma está em atualização, acrescentando que e em sua opinião, poderiam estar explanadas diversas matérias nomeadamente, votos de boas festas, fotos com a iluminação de Natal que considerou “brilhante”, publicidade ao que Pedrógão Grande tem de mais atrativo! -----

----Prosseguiu fazendo referência ao turismo, sendo que com o aproximar da primavera os turistas começariam por visitar com mais frequência o concelho. Acrescentou ser já uma realidade constatável, a rota da Estrada Nacional 2 e essa, passar inclusivamente no nosso concelho. -----

----Questionou quais os projetos equacionados, quais as iniciativas em perspectiva, medidas concretas em relação ao turismo. Fez referência à necessidade de se criarem medidas concretas, nomeadamente uma vasta divulgação do concelho, desde panfletos, ao instagram, inclusivamente até um filme promocional, de modo a que quem o visitasse, soubesse o que iria encontrar, onde procurar e motivos e sugestões para permanecer o maior tempo possível. A terminar a sua intervenção disse ser o Restaurante Lago Verde uma das suas preocupações. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, começou por cumprimentar todos os presentes e de igual modo desejar votos de Bom Ano, sendo seu desejo ainda “*que 2022 seja bem melhor que o anterior*”. -----

----Na sua intervenção felicitou o executivo pela belíssima iluminação de Natal. -----

----De igual modo felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal, pela abertura da porta principal do Município e prosseguiu considerando ser a retirada dos funcionários dos contentores, um ato louvável, dado ter incutido dignidade aos mesmos. Referiu-se ainda aos funcionários da Autarquia, considerando os mesmos merecerem um posto de trabalho, que deve ser condigno, com as funções que desempenham, ao serviço de uma Autarquia. -----

----Prosseguiu dissertando e agora como deputada da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, referindo ter posições muito próprias, dentro do que quer para o concelho e também para com um partido que segue e que gosta bem como da sua filosofia. Afirmando ainda que não se reviu em tomadas de posições do anterior executivo, questionando imensas matérias, no entanto salientou que enquanto membro da oposição, bem como a bancada do Partido Socialista, estarão presentes para serem responsáveis e oposição em democracia. Irão respeitar a vontade dos eleitores e ocupar o lugar dignamente. -----

----Continuou e fazendo referência às palavras do Dr. Rui Capitão que de igual modo “*quererem chegar ao mesmo destino por caminhos diferentes*”. “*Ver crescer este concelho, não ter vergonha de na rua dizer, sou de Pedrógão Grande*”, ter-se um concelho desenvolvido, ainda com taxa populacional a crescer, isso é o que efetivamente espera, que o Executivo e a Assembleia Municipal se coadjuvem a concretizar. -----

----Deixou alertas ou vários anseios, nomeadamente que sejam tidas em atenção as pessoas de mais idade, que são a maioria no concelho. Em tom de desabafo disse quantas vezes os mesmos viverem isolados e na solidão. -----

----Continuou e referindo-se aos jovens do concelho especialmente, desejou que possam ter horizontes... Disse ainda, se ter pautado por uma “*geminção*” pois em sua opinião esses mesmo jovens, deviam conhecer outras realidades, descobrir a Europa. Referiu ainda que o Município tem por obrigação de abrir essas portas e dar-lhes autonomia e capacidade, “*de saber que há outros mundos*”. --

----A terminar disse pretenderem que haja mudança e deste modo, poderem contar com os membros da bancada do Partido Socialista, colaborando naquilo que forem opções de bem para o concelho, não pretendendo fazer qualquer tipo de retrocesso. -----

----Pretendeu ainda apresentar duas ou três notas, sendo a primeira o voto de pesar ao senhor Paulo Jorge, uma referência do Recreio Pedrogense. -----

-----Outra nota prende-se com a realização dos vários eventos natalícios, em locais diferentes do concelho, no entanto em dias e horas idênticas. Lamenta, pois, que deste modo não se possa apreciar a oferta em questão, tanto mais serem somente em determinadas alturas do ano. A criação da agenda cultural seria o espetável. -----

-----Por fim questionou qual o ponto de situação do Restaurante Lago Verde, que lhe parece ter evoluído; em relação à empreitada da obra da requalificação da vila de Pedrógão Grande, se foi contemplada a rede de esgotos e saneamento na EN 2, a seguir à GNR, pelo que lhe foi dado a conhecer; ainda questionou qual o destino que foi dada à calçada que foi retirada dos passeios, lamentando ainda que os mesmos fossem substituídos por cimento; disse ser do seu conhecimento ter-se o condomínio da aldeia com uma candidatura aprovada e já financiada, qual a que foi financiada e aprovada e a que está em falta; a área da IAGP qual o ponto de situação; quanto à revisão dos pontos obrigatórios do Plano Diretor Municipal (PDM), ter sido prolongado por algum tempo e se já teve o seu término; Verificou no orçamento, já estar em andamento o ponto de situação da estrada que foi danificada entre a localidade do Outão e a estrada que dá acesso ao Ramalho.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, propôs um voto de pesar pelo falecimento no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte, do senhor **Paulo Jorge Simões David** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, começou a sua intervenção cumprimentando os presentes, agradecendo os contributos e sugestões. -----

-----Propôs se fosse o caso, que lhe fizessem chegar atempadamente todas as questões a fim de poder dar respostas mais assertivas. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção respondendo às questões, então apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente ao Restaurante Lago Verde o mesmo assunto não está a ser descurado, no entanto disse haver tramites a equacionar, dado ser um equipamento a precisar de obras de reparação, conservação e remodelação, bem como o respetivo apetrechamento. No entanto a opinião foi que haverá alguns caminhos a seguir como seja a concessão por um privado, que fará obras e ficará com uma renda simbólica, o que aliás já anteriormente ter sido, essa a solução. Outra hipótese será a alienação sendo que o que está previsto no PDM e promover para aquela zona a criação de dormidas, trazendo desse modo mais-valias. Não é de opinião colocar já à venda. A segunda solução seria a de esgotarem as hipóteses com a concessão da exploração, abrir concurso para que os privados possam explorar, fazendo então as obras necessárias e tudo o mais. -----

-----Em relação à piscina, disse ser um equipamento essencial para o concelho, no entanto foi feito investimento, feita inclusivamente *“uma candidatura que desistiram, compraram outro equipamento e a eficiência energética não resultou”*. Foram consultados os serviços, foi colocada a questão ao fornecedor que apresentou o relatório, houve contradições, certas situações não corresponderem à realidade, dado não haver acompanhamento da obra. Uma hipótese está dependente de uma maior intervenção ou menor, não será certo que resulte. Disse ter-se deslocado à CCDRC, com o coordenador executivo da CIM, para uma possível tentativa de abrir a candidatura novamente, para tentar introduzir os pedidos de pagamento dos trezentos e setenta e cinco mil euros, fazer uma auditoria energética e ver onde é que se tem que atuar. Recuperar aquelas verbas é sem dúvida o que há efetivamente a fazer e para isso reavivar a candidatura, fazer obras ou o que for necessário. -----

-----Em relação à ARS responde oportunamente. -----

-----Relativamente à conclusão das obras nas avenidas, informou estarem cerca dos cinquenta e oito por cento concluída. Disse esperar a sua conclusão em agosto de dois mil e vinte e dois, tanto mais saber-se que são obras cofinanciadas, com tempos a cumprir. Em relação à rede de saneamento informou que a mesma foi acautelada. -----

-----Relativamente à ciclovia disse ser uma preocupação para o executivo, tanto mais pondo-se a possibilidade daquela provocar acidentes em relação à circulação de bicicletas. Saliu já terem sido

contactados os serviços técnicos bem como o empreiteiro, para que possam apresentar soluções e estar acautelada a abertura ao público. No entanto lamentou a possibilidade de haver trabalhos a mais. -----

-----Quanto às obras no Clube Náutico, os trabalhos podem avançar pois o contrato foi já atualizado, no entanto após adjudicação da mesma. Referiu o empreiteiro ter solicitado uma reunião e acreditar que haverá negociações, pois as matérias primas sofreram acréscimos de preços brutais e os valores finais tenham que sofrer alterações, como será compreensível. -----

-----Em relação aos recursos hídricos, nomeadamente na Albufeira do Cabril disse ser uma realidade, no entanto há esperança nos painéis fotovoltaicos. Haverá um leilão, sendo que a CIM está a acompanhar este processo e acautelar negociações. -----

-----Pedi de seguida autorização ao senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, para o senhor Vice-Presidente Eng.º Luís Correia dissertar sobre a matéria relacionado com os Caminhos florestais. -----

-----O senhor **Vice-Presidente Eng.º Luís Correia**, começou por cumprimentar todos os presentes, referiu ser sua preocupação e do executivo a limpeza dos caminhos florestais, tanto mais pelas tragédias que nos têm assolado. Referiu ainda que após a tomada de posse depararam-se com a frota (pá carregadora e motoniveladora) com problemas e envelhecida. Prosseguiu e disse que após esses arranjos e se o tempo o permitir no início do próximo ano, ir-se-á constituir uma equipa que estará em permanência, para proceder em articulação com as Juntas de Freguesia. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou de novo autorização ao **senhor Presidente da Assembleia Municipal**, para a senhora Vereadora Engª Dora Rodrigues informar o que tiver por conveniente. -----

-----A **senhora Vereadora Engª Dora Rodrigues**, cumprimentou os presentes e prosseguiu para informar que relativamente ao programa de combate ao insucesso escolar, também Pedrógão Grande já fez duas candidaturas- PC2 a última estar a decorrer. Há uma terapeuta da fala inserida nesse projeto e várias ações a decorrer, ações de capacitação das auxiliares, work shoppes, tal como os Municípios vizinhos.

-----O **senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, prosseguiu respondendo aos membros da Assembleia Municipal, agora em relação à futura Escola Tecnológica em Figueiró dos Vinhos, disse ter abordado o Presidente Câmara acreditando que só uma força política superior a poderia travar, entretanto salientou que não se irá parar. -----

-----Fez referência ao mencionado pelo professor António David e disse não estarem alheios ao que o poder central poderia e deveria fazer, mas mais referiu, estarem-se a esquecer do interior efetivamente.

-----Salientou o Município estar a prever um pequeno apoio à natalidade, ainda apoio à instalação de empresas, à criação de postos de trabalho. Estes apoios devem ser complementados com outra fiscalidade, o ideal de facto seria o governo considerar estas zonas do interior como zonas de exceção. --

-----Há intenção em apoiar as associações do concelho - movimento associativismo, criar um regulamento, implementar regras e em função da atividade que desenvolvem, consequentemente receberem apoios em função do trabalho apresentado. -----

-----Continuou e em resposta ao membro da Assembleia Dr. António Figueiras disse que seria útil uma posição mais preponderante da Associação Empresarial junto do Município e uma maior autonomia quer ao nível de prestação de serviços aos comerciantes, quer na participação na vida concelhia. -----

-----Em relação à Revista Municipal é de opinião que a mesma deveria ser retomada, tanto mais que nem todas as pessoas conseguem ter acesso à Internet. Está ainda prevista a implementação do “mupi” para se publicitar eventos concelhios. -----

-----Quanto à Internacionalização referiu estar o concelho de Pedrógão Grande a ser cada vez mais procurado pelos estrangeiros, o que considera bom, inclusivamente referiu estes estarem a reabilitar casas devolutas. Também está equacionada a criação de um gabinete de apoio ao emigrante/estrangeiro. -----

-----Agradeceu ao membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão, pelas palavras e usando a expressão daquele membro disse, estar efetivamente o *“comboio em que entramos em grande*

movimento". Salióntou terem encontrado uma *"avalanche de situações e ainda não estabilizamos"*, pelo que pediu o benefício da dvida, no entanto está convicto que com o contributo de todos os membros da Assembleia Municipal será possível *"chegar-se a bom porto"*, salientando estarem recetivos a sugestões e contribuições. No orçamento não estarão explanadas todas as situações expectáveis, mas futuramente serão tidas em atenção. -----

-----Em relação à abertura da porta principal do edifício da Câmara Municipal, afirmou ter sido um choque deparar-se com tal facto bem como com os colaboradores da Autarquia naqueles contentores, tendo sido de opinião juntar os mesmos no edifício *"constituindo uma família"*, como referiu. Mais disse estar tudo a ser equacionado sendo que os contentores já podem ser entregues ao respetivo dono, poupando-se imenso na renda, eletricidade, água, etc. Mais disse querer promover o atendimento que será no rs-do-chão  entrada do lado poente, sendo que outros serviços como seja a proteção civil, ficará no edifício Polivalente. -----

-----Agradece a confiança que o membro da Assembleia Municipal D^a Nélia Alves referiu na sua intervenção e em relação ao turismo considerou ser o ponto forte, pelo que irão avançar com o conceito de *"estação náutica"* vamos estar inscritos no *"fundo dos oceanos"*, uma rede que vem de Espanha, França, direcionada a turistas que gostem do plano de água, albufeiras a partir do mês de fevereiro, março. Estarão ainda integradas as atividades da EN2. Mais referiu estarem a ser desenvolvidos esforços, no sentido de concretizar a qualificação de mais uma aldeia de xisto, em Mega Fundeira. -----

-----**O senhor Vice-Presidente Eng.^o Luís Correia**, a pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal usou de novo a palavra para informar que em relação às pedras da calçada essas, estarem guardadas no recinto da APFLOR, na Cotovia em Pedroo Grande. -----

-----Referindo-se ao *"site"* do Município, informou terem encontrado aquela página obsoleta e desatualizada, não estar bem organizada quer para quem a gere ou para quem visite. Uma página construída por um consultor externo no valor de nove mil novecentos e quarenta e quatro euros (9 944,00) não contemplando contrato de manutenção ou de assistência e caso sejam necessários outros serviços, terão que ser pagos. Disse ser intenção desenvolver um produto disponibilizado de raiz, inclusivamente com recursos do município, estando ainda a prever a contratação de um engenheiro informático. A criação da página web com a imagem que pretendem dar do concelho, serem transparentes, sendo que a página no Facebook, disse estar atualizada, acrescentou a finalizar a sua intervenção. -----

-----Em resposta ao membro da Assembleia Municipal Dr.^a Margarida Guedes, foi de opinião idêntica  da mesma, em relação ao tratamento dos idosos, que deverão ter a atenção condigna. Inclusivamente com implementação de ações a desenvolver, em conjunto com outras instituições, bem como estão a equacionar avançar com unidade móvel de saúde. -----

-----*"Deparamos com candidatura dos Condomínios da Aldeia e Aldeia Segura, sem possibilidade de execução, dado os prazos serem limitados, no entanto tivemos dizer que não, mas iremos avançar com a mesma e ao mesmo tempo adiantar processo de cadastro"*.-----

-----Candidatura do PDM estão a ser revistas em Abril, Maio, prevendo-se nessas datas, que *"nos possamos pronunciar"*.-----

-----Relativamente à questão da EGP, temos uma candidatada na zona de Mega com área de 1950 hectares. -----

-----Em relação à ponte do Outão que liga ao Pinheiro da Piedade e que foi fortemente afetada em 2019, inclusivamente arrastada, está agora contemplado o arranjo numa candidatura, que foi reativada e que irá ser executada efetivamente. Inclusivamente a zona da ribeira dos Nunes igualmente afetada, também essa, está contemplada e será requalificada. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, deu a palavra aos líderes das bancadas para dizerem o que tiverem por conveniente. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, referiu o histórico recente com a ARS, situações recorrentes, carência na área da saúde, nomeadamente na falta de médicos no nosso Concelho. Ainda em relação ao tema, disse que em tempos foi falado na criação de duas vagas de médicos para Pedrógão Grande. Em sua opinião, disse que deverá ser tida em atenção esta matéria, especialmente aquando da abertura de concursos. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, questionou qual era o lugar do “*Condomínio da Aldeia*”, se no lugar de Pobrais e se a AGP se norte do concelho, pelo que a resposta foi afirmativa por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, começou por felicitar o executivo, pelas explicações, bem como ser do seu agrado, o modo como está a trabalhar em unísono e em equipa. No entanto referiu ser o expectável, em relação ao que se pretende de um executivo, acrescentou.-----

-----Em relação á piscina questiona porque atualmente, não estão a laborar. -----
-----Chama a atenção para os trabalhos a mais na obra de requalificação da Vila de Pedrógão Grande, considerando em sua opinião, a Câmara Municipal não ser nem projetista nem executante da obra! Disse haver engenheiros civis, arquitetos que têm que ser responsabilizados. Considerou ser inconcebível na referida obra, entre o passeio e a ciclovia, haver uma margem/abertura de mais de três centímetros, sendo os pneus de uma bicicleta de dois centímetros e meio! Mais disse e lamentando, que se vislumbre, que se projete e se construa de forma deficiente de modo a que quem paga, o faça duas vezes. A terminar salientou, não se poder cobrar à Câmara Municipal esse pagamento duas vezes! -----

-----Em relação ao Restaurante Lago Verde considera que apesar do longo tempo de espera por todos, quase dois anos, pretende que o executivo realize aquela obra com ponderação. Considerando ainda estar a ser assertivo quando refere, não querer saber não só do edifício, mas de toda a zona envolvente, “*digna de receber*”. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, informou estar a decorrer um concurso para médicos, prevendo-se que a vaga seja preenchida por um médico, e entre em funções a partir do dia 1 de fevereiro. -----

*

-----**2. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou se o senhor Presidente da Câmara Municipal, teria algum esclarecimento adicional a fazer. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal Dr. António José**, referiu serem estas, parte das obras do anterior mandato e algumas já do novo executivo, pelo que se colocou à disposição de quem pretendeu formular alguma questão. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, perguntou se alguém pretendia intervir, pelo que deu a palavra à D. **Maria de Fátima Neves**. -----

-----A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande**, começou por cumprimentar os presentes, desejando, votos de boas festas. -----

-----Considerou haver um lapso no ponto quatro na listagem de “*Serviços e obras executadas pela Câmara Municipal*”. “*Relação de Trabalhos em execução ou executadas*”. -Concluídas: “*Construção de fonte pública em cantaria de pedra e granito, em colaboração com a Junta de Freguesia de Pedrógão*”

Grande, Estrada Municipal M516, Fontainhas/Troviscais, Pedrógão Grande.” – informou esta obra não ter sido executada pelo Município, mas sim pela Junta de Freguesia de Pedrógão Grande. Agradeceu, no entanto, a colaboração da Câmara Municipal! Prosseguiu para referir ter o Município cedido a máquina retro para a escavação de terras, a pedra necessária para intervenção na obra e a mão de obra do pedreiro senhor Artur Ferreira, que colaborou com os funcionários da Junta de Freguesia. Mais referiu ter o senhor António Júlio cedido parte do terreno, para que a fonte recuasse. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, colocou a questão de cariz técnica e não política e tem a ver com as participações societárias e não societárias. No entanto disse, a resposta compreender, não ser imediata. Referiu ainda e em sua opinião, que deverá ser vista entre a Unidade Administrativa e Financeira e o Revisor Oficial de Contas do Município. Prosseguiu dissertando sobre o valor das participações financeiras, que por norma é calculado multiplicando a percentagem de participação pelos capitais próprios das suas participadas, referindo-se mais propriamente ao caso da Petroensino, participações financeiras que chegam ao valor de 972 mil euros, mais referiu ser esta equivalência feita pelo método de “equivalência patrimonial”. Continuou e disse ainda, que poder-se-ia verificar se eventualmente em relação às restantes participações financeiras, ficando com a ideia de que algumas possam estar subvalorizadas e ver se é possível juntamente com o ROC, pode levar ao total do ativo e total dos capitais próprios do Município. Poderá ser relevante no cálculo de rácios, a nível de concursos, poderá ter algum impacto e ser mais vantajosos para o Município. Deixando a nota para ser avaliado efetivamente junto do ROC de algumas participações financeiras, para serem revistas. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª. Nélia Alves** – referiu-se à listagem das obras concluídas e colocou uma primeira questão, que tem a ver com a mudança do mobiliário- material novo do edifício da Gimadi, se tinha algum destino. -----

-----**A senhora Vereadora Eng.ª Dora Rodrigues** referiu que o mobiliário não era efetivamente novo. Algum foi necessário e foi alocado no edifício do Município por altura das mudanças, como sejam e a título de exemplo, as secretárias. -----

----A remoção de monos do antigo pavilhão da escola C+S, ainda não foi tratada, no entanto disse estar equacionado que se retire muito material, para ir para reciclagem. Será necessário fazer uma seleção e um inventário, acrescentou. -----

----Mais referiu que na Gimadi, havia materiais de construção, que foram utilizados no espaço do edifício da Câmara Municipal, nomeadamente no atendimento uma pequena parte, concordando com o que o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, estar-se a fazer um registo fotográfico. -----

*

-----3.2.-Apresentação, discussão e votação da **Estratégia Local de Habitação de Pedrógão Grande**: -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para dissertar sobre o que tivesse por conveniente, sobre a matéria. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, explicou de forma sucinta, o tema relacionado com o “Programa 1º Direito”. Prosseguiu referindo ser obrigação do Município suprir as lacunas existentes ao nível da habitação social, proporcionando uma habitação condigna, lamentando ainda que o processo estivesse estagnado, aquando da tomada de posse pelo novo executivo. “Deste modo e ao perceberem o que estava em falta, deram início novamente aos trabalhos, efetuando reuniões com a empresa que elaborou a Estratégia Local de Habitação de Pedrógão Grande, Lugar do Plano, bem como com o Presidente e equipa do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)”. Deste modo a referida Estratégia Local de Habitação de Pedrógão Grande (ELH), foi aprovada em reunião de Câmara Municipal, cabendo agora à Assembleia Municipal manifestar-se sobre a mesma,

pelo que logo após essa pronúncia, estar-se-á em condições de iniciar os trabalhos e proceder-se às respetivas candidaturas. -----

----Mais disse estar previsto inicialmente que o Município avançaria com trinta e três (33) agregados, sendo que vinte e nove (29) destinavam-se a candidaturas de beneficiários diretos. Dos trinta e três (33) agregados correspondentes ao Município, dez (10) destinavam-se a resolução imediata de situações no âmbito de violência doméstica ou população sem abrigo. Como a Estratégia Local de Habitação foi elaborada em dois mil e dezanove (2019), durante esse tempo até à data, surgiram outras respostas no que diz respeito a estas situações específicas, pelo que não fará sentido considerá-las na Estratégia desta forma, dado que poderão ter apoio de outros programas ou enquadrar-se noutra tipo de solução mais imediatas. Assim, considerou-se que estas agregados podiam ser retirados, ficando assim o Município responsável por vinte e três (23) agregados e vinte e nove (29) respeitam a candidaturas de beneficiários diretos. -----

----Dos agregados que dizem respeito ao Município, prevê-se a aquisição e reabilitação de edifícios na zona histórica da vila, com vista ao arrendamento acessível, fogos na habitação social que necessitem de reparação e outras situações que possam ser consideradas. Esta recuperação tem que estar concluída até vinte mil e vinte e seis (2026) e envolvem capitais próprios do Município e participação correspondente pelo IHRU. No que respeita aos capitais próprios, o Município também necessitou de se manifestar no que diz respeito à possibilidade de contratualização de empréstimo bonificado. O mesmo poderá não ser necessário, no entanto esta questão terá que ficar salvaguardada para eventual recurso posterior. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, pediu permissão ao Senhor **Presidente da Assembleia Dr. Raúl Garcia**, para passar a palavra à Dr.^a **Sandra Paiva**, Técnica que conhece mais pormenorizadamente o referido Programa. -----

-----A técnica Superior Dr.^a **Sandra Paiva**, explicou que o programa permite não só ao Município apresentar candidaturas, mas também a particulares poderem fazer melhorias habitacionais, dentro do que são os critérios e condições do IHRU, cujas obras podem beneficiar de participação, de acordo com o que são as percentagens do IHRU, em função da solução habitacional pretendida. Esta situação tem que ter a aprovação do Município, bem como contam com o apoio deste, na submissão da candidatura. -----

----Prosseguiu e mais informou que inicialmente, a equipa técnica tinha ordens para avançar com o contacto aos interessados e deste modo identificados no diagnóstico da Estratégia Local de Habitação, sendo que já se tinha iniciado o processo de recolha de documentos para candidaturas e visita para identificação e confirmação das necessidades. No entanto, após reunião com IHRU, percebeu-se que não se poderia avançar enquanto não se procedesse à assinatura do Acordo de colaboração entre o Município e o IHRU. Atualmente está-se a avançar no sentido de se proceder a essa assinatura, a fim de dar andamento aos trabalhos. -----

---- A terminar colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento adicional.-----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de participarem no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores **Dr. Rui Capitão, e Dr.^a Margarida Guedes, Dr. António Figueira e Dr.^a Nélia Alves**. -----

-----O membro da Assembleia Municipal **Dr. Rui Capitão**, referiu com agrado que após um longo período de estagnação, agora ver-se toda esta matéria em andamento e deste modo felicitou mais uma vez o executivo, acrescentando que para os serviços, efetivamente o reconhecimento pelo trabalho que foi feito. -----

----Pedrógão Grande precisa de parques habitacionais, todo este projeto associado, apoio às famílias mais carenciadas, aos sectores mais problemático, a renovação de parque imobiliário na zona histórica e referiu estar aí abandonado, sendo que sucessivamente não tem visto, agravadas com taxa de IMI, matéria que já combate há 16 anos. Contudo estão vazios e a Câmara tem que intervir. Disse estar

agradado com a isenção de projetos e que venham verbas para adquirir. Parque imobiliário inclusivamente da zona histórica estar em parte degradado, com alguns dos edifícios devolutos, e a potenciar riscos. Se colocados ao abrigo deste programa, seria o expectável. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, congratulou-se que o executivo tenha posto os trabalhos em andamento e refere que sempre questionou a assinatura deste acordo. Reconhece a importância deste projeto numa matéria tão importante como seja a garantia de uma habitação condigna, a todos os Municípios. Acrescentou e em sua opinião disse ser, esta medida efetivamente boa. -----

-----Reconheceu o trabalho dos técnicos envolvidos nesta matéria e no entanto pediu alguma sensibilidade, “para com quem se candidata”. Disse que gostaria de saber, qual o montante no final de empréstimo, pelo que o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, referiu-se à taxa de comparticipação que rondará 40%, 45%, poderão ainda ser apoiadas e chegar aos 100%, as despesas ilegíveis, em sede de PRR. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, disse louvar o Município por esta iniciativa, zona que carece de intervenção e ser um trabalho que efetivamente tem que ser feito. Apela que seja feita alguma campanha e ações de sensibilização junto da população, dado em outras ocasiões ter sentido essa preocupação. Felicita o Senhor Presidente e Vereadores, desejando que consigam executar este projeto no futuro. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Nélia Alves**, referiu pretender deixar uma nota de apreço, tendo em conta este ser um projeto adormecido, demonstrando inércia do anterior executivo. --
-----Felicita deste modo o Sr. Presidente e a equipa que considerou em sua opinião “*fantástica*”! Salientou terem em pouco tempo, pegado neste projeto tão importante para Pedrogão Grande, demonstrando o que que querem fazer efetivamente, por Pedrogão Grande! -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Dr. Raúl Garcia**, após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta da **Estratégia Local de Habitação de Pedrogão Grande**, tendo sido **aprovado por Unanimidade**: zero votos contra, zero abstenções e com **dezoito (18) votos a favor**. -----

*

-----3.3.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Freguesia da Graça**, para reparação e revisão da embraiagem do seu trator. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta da **Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Freguesia da Graça**, tendo sido **aprovado por Unanimidade**, com dezoito (18) votos a favor zero votos contra e zero abstenções. -----

*

-----3.4.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Pedrogão Grande**, para aquisição de trator agrícola e limpa bermas. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta do **Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Freguesia d Pedrogão Grande**, tendo sido **aprovado por Unanimidade**, com dezoito (18) votos a favor zero votos contra e zero abstenções. -----

*

-----3.5.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº05.P/2021- **Seguro de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais**- Lei nº 29/87 de 30 de junho. -----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou o Sr. **Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, se pretendia fazer algum esclarecimento, pelo que o mesmo referiu: a tabela já existir, valores idênticos, taxas serem as mesmas, não haver diferenças. -----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Dr. Raúl Garcia**, após a apreciação deste documento, questionou se alguém pretendia inscrever-se. Nenhum membro se inscreveu. -----

-----De seguida submeteu a votação a proposta de **Seguro de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais**, tendo sido **aprovado por Unanimidade**, com dezoito (18) votos a favor zero votos contra e zero abstenções. -----

*

-----3.6.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº 07.P/2021- **Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aplicar em 2022;** -----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou o Sr. **Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, se pretendia fazer algum esclarecimento, pelo que o mesmo referiu o executivo ter decidido manter esta proposta de zero vírgulas vinte e cinco por cento (0,25%). –

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Dr. Raúl Garcia**, após a apreciação deste documento, questionou se alguém pretendia inscrever-se. Nenhum membro se inscreveu. -----

-----De seguida submeteu a votação a proposta de **Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aplicar em 2022**, tendo sido **aprovado por Unanimidade**, com dezoito (18) votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

*

-----3.7.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº08.P/2021- **Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2022;** -----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou o Sr. **Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, se pretendia fazer algum esclarecimento, tendo este referido que o executivo pretendeu fazer uma revisão a este imposto, por ser um imposto desigual entre Municípios, considerando ainda que deveria ser igual para todas as pessoas coletivas e pessoas singulares, no entanto este ano decidiram manter esta estrutura. É do seu conhecimento que empresas estão a equacionar irem para outras localidades, ser uma das preocupações deste executivo pelo que estão a equacionar fazer um estudo sério sobre esta matéria, inclusivamente um pedido de informações à Autoridade Tributaria. Estudo esse, para caracterizar os principais contribuintes, fazendo um histórico desde 2019 até 2021. Ver ainda quais são os principais Agentes Económicos que estão a contribuir para esta receita e posteriormente far-se-ão ajustamentos, potenciando ou melhorando empresas que tem menores volumes de negócios, em sua opinião disse presentemente não haver alternativas. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de participarem no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores **Dr. José Barão, Sr. Américo Rocha**. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, demonstrou a sua satisfação e agrado pela disponibilidade do executivo, de reverem as taxas de derrama nos próximos anos, efetivamente ser a taxa de derrama uma taxa municipal que insere sobre o valor tributável das empresas, tem um valor máximo de 1,5%. A proposta do executivo para o próximo ano vem em linha com o passado as empresas com valores tributáveis e que tenham um volume de negócios superior a 150 mil euros, têm a taxa máxima de 1,5%. Empresas com lucro tributáveis e que tenham um volume de negócios de 0 até 150 mil euros tem uma taxa reduzida 0,1%. Seria importante o executivo criar um terceiro escalão e a possibilidade de isentar empresas mediante determinadas condições que tenham em vista a criação de postos de trabalho, ou a deslocalização de sede de um concelho para Pedrogão Grande, ou ainda um investimento de um determinado montante realizado no ano, atendendo à necessidade que se vai ter brevemente e a curto prazo com a nova zona empresarial e a necessidade de atrair novos investimentos, novas empresas para o concelho, disse ser muito positivo. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, cumprimentou todos os presentes, e referiu que falar em último lugar não trás grandes vantagens, pois poderá repetir ou ter de subscrever o que foi dito! -----

-----No entanto referiu-se aos escalões da derrama serem pouco apetecíveis e concorrenciais, dada a oferta existente. Disse ter que perceber-se que existe uma área empresarial com a necessidade de criação de postos de trabalho! No entanto empresas querem efetivamente saber se há condições de se instalarem e ser a derrama este instrumento que temos para cativar/criar empresas, criar riquezas, instalar população e tudo o resto relacionado com esta matéria. Um estudo aprofundado e fundamentado seria uma mais valia. Disse ainda estar agradado com a predisposição do executivo para rever esta matéria. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção e agora mais direcionada para uma questão política e concretamente referiu-se a intervenções anteriores, salientou não fazer parte dos órgãos políticos anteriores. Relativamente às referencias tratadas nesta Assembleia, inerentes ao comportamento que foram os órgãos anteriores, salientou não ter participado rigorosamente em nada do que foi o anterior mandato, não se rever naqueles comportamentos e atitudes. Disse custar-lhe ouvir comentários acerca dum Partido que preza pertencer, que pugna pela igualdade, solidariedade e democracia, no entanto deixou explicito uma vontade a de garantir que enquanto fizer parte da Assembleia Municipal como membro do Partido Socialista, lutará com dignidade dos cargos pela interajuda, participação, diálogo em prol da democracia. Apesar de ser oposição, pautará efetivamente pela dignidade do cargo que ocupa. A terminar a sua intervenção disse congratular-se com a forma objetiva, como que o executivo apresentou as várias informações. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, no seguimento das palavras do membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha disse querer também congratular aquele, pela posição manifestada, bem como enquanto membro da bancada da qual faz parte. Lamentou que em todos os partidos subsistam pessoas, sem o perfil adequado para ocupação de cargos que pugnem pela liberdade e democracia. Fez referência lamentando ainda e como exemplo o que aconteceu na última Assembleia Municipal do mandato anterior, inclusivamente quando se exibem como membros fundadores dos Partidos, demonstrando autoritarismo. Salientou a sua satisfação, pelo estarem em consonância. -----

-----Prosseguiu e referiu que em relação à ordem das intervenções, disse ser um assunto que poder-se-á estudar na próxima revisão ao Regimento da Assembleia Municipal, agendada para a sessão de fevereiro. Disse ainda que quando foi feita a proposta das intervenções serem feitas do último mandato para o primeiro, a intenção era que os líderes das duas bancadas na altura, tivessem a possibilidade de

encerrar os debates e o próprio Presidente da Assembleia Municipal como primeiro eleito, ter ele a última palavra, se fosse o caso e entendesse necessário. No entanto estaria a pensar poder-se arranjar uma solução intermédia, pelo que ficará a aguardar pelos contributos de todos os membros pela ordem dos mandatos. Poder-se-á fazer de modo diferente, sugerindo haver uma primeira ronda de intervenções, pela ordem dos mandatos não do último para o primeiro, mas do primeiro para o último! Deixando os três líderes das bancadas, darem a última palavra, ressaltando ser a última das últimas, o Presidente da Assembleia Municipal, como seria expectável. -----

-----De seguida questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia intervir. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, disse que o apraz muito ouvir a predisposição para o diálogo construtivo e ainda estar-se no tempo de “*virar a página*”, trabalhar em conjunto, no entanto referiu ainda contar com o apoio de todos. -----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Dr. Raúl Garcia**, após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta de **Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2022**, tendo sido **aprovado por Maioria**, com dezasseis (16) votos a favor, zero votos contra e duas (02) abstenções. -----

*

-----3.8.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº09.P/2021- **Participação variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)RS-Ano 2022**. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**: “*a presente proposta propõe uma participação de 2,5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS para 2022. O Município estava a devolver a percentagem máxima que seria de 5% no ano de 2021 e a proposta para 2022 seria reduzir para metade, na medida em que se previa um aumento de despesa no futuro*”. Referiu não ser uma proposta pacífica, inclusivamente que vai contra a maneira de ser do executivo, considerou que seria muito bom continuar-se com os 5%, no entanto estão a equacionar fazer essa revisão também. Considerou que partir do esforço de 2,5% com os nossos Municípios especialmente aqueles que tem capacidade e estão em escalões de rendimentos que permitem facilmente ter bons níveis de rendimento, que permitem facilmente contribuir para este esforço. Sabe que outros Municípios não fazem, estão mais atrativos. No entanto haverá um conjunto de políticas, medidas a tomar no incentivo à natalidade, estimular a criação de postos de trabalho, instalação de empresas, estes apoios devem ser complementados com outros, dar 5% aos municípios seria melhor, concorda! Em sua opinião acrescentou que participar no esforço que vamos dar fazer, acredita que não irá fazer muita falta, não será por 50,00€ ou 60,00 ou 100€ que as pessoas vão decidir ir para outro concelho. Relembrou que Alvaiázere está com 3%, Góis 2,5%, Vila de Rei 2,5%, Castanheira de Pera 2,5% de acordo com dados da Internet, Figueiró dos Vinhos a 4%, Sertã 4,5%, os concelhos antes referidos rondam estes valores, a terminar referiu ser o entendimento do executivo e efetivamente para este ano propõe os 2,5%”.-----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de se inscreverem para participar no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores **Dr. Rui Capitão, Américo Rocha, Dr. José Miguel Barão, Dr.ª Margarida Guedes, Dr. António Figueira**.-----

-----O membro da Assembleia Municipal **Dr. Rui Capitão**, pretendeu deixar duas notas. -----

-----A primeira - o Município não aprova taxas de devolução, mas sim taxas de participação, já aqui há uns anos “*denunciamos essa situação*”, referiu que quando se aprovou no executivo e deliberativo uma taxa de participação zero e por erro, lapso ou omissão, ter-se comunicado cinco. Depois de várias diligências, só no final do mandato, saiu um edital e referiu o mesmo ter sido “*feito à socapa, escondidito*” e ainda que quem quisesse teria que requerer então novamente a devolução desses cinco

por cento! Disse “ *termos passado de uma taxa de participação de zero, para dois e meio por cento, nós PSD em mandatos anteriores aprovamos zero e agora vamos aprovar dois e meio por cento*”. Chegando à conclusão que esta taxa de participação é o que fica no bolso dos pedroguenses, muitos deles nem se apercebem que fica e considerou ainda, dado os salários dos Pedroguenses serem baixos e os rendimentos serem poucos, no entanto e em sua opinião, não é pelo facto de ficarem mais cinquenta euros no bolso de uma pessoa que efetivamente alguém vem da Sertã ou de Figueiró para viver em Pedrógão Grande. Considerou ainda ser verdade que no seu bolo, ser um valor mais ou menos significativo, ser de oitenta mil euros no ano fiscal de 2018”. *Pensa que seria necessário, deixarem-se destas políticas e apreciar ao longo dos anos se houve algum resultado*”, na sua ótica disse que não! Mais referiu ser preferível pegar nesses setenta mil euros, como o Dr. José Miguel Barão referiu e pegar num orçamento participativo, ainda disse “*pegar nestes impostos que é o pouco que o estado central nos deixa decidir a nossa vida, um e meio por cento do tributável da derrama, até ao máximo de zero virgula cinco da coleta*”, serão “*umas migalhas que “nós podemos decidir e podemos aqui aprovar e depois canaliza-las para uma política diferente*”. A título de exemplo disse canaliza-la para a política que aqui aprovamos do ponto 3.2. Estratégia Local de Habitação de Pedrógão Grande. Chamou a atenção e já há uns anos, ser a política do arrendamento, isto é a Câmara Municipal funcionar como um mediador, saber se esses fogos estão em condições de serem arrendados e coloca-los depois no mercado a um preço justo, permitindo a quem é senhorio, uma renda sempre constante não tendo que se preocupar com o incumprimento por parte dos inquilinos. Falou num T2 como exemplo, um fogo que permita uma família aqui habitar por duzentos euros (200,00€), (ninguém vai para Pedrogão Pequeno, Sertã nem Figueiró dos Vinhos). Acrescentou ainda que essa diferença vai fazer isso sim, a diferença no bolso no final do ano, talvez mais significativo do que 70,00€ ou 80,00€, que não se aperceberão. Considerou ainda ser uma má política, diria antes inconsequente e não houve resultados produtivos no passado, por se andar a isentar tudo e mais alguma coisa, preferível pegar no dinheiro e canalizar o mesmo para algo que seja verdadeiramente construtivo, que verdadeiramente dignifique e torne a repovoar tanto o centro urbano como as vilas. “*Da nossa parte do PSD*” o facto de passar de uma taxa de participação de 5% para 2,5% se for orientada para essas políticas ou para esta metodologia, com orientação não é problema, salientando ainda não ser o termo “*migalhas*”, o mais correto, dado aqui na nossa zona corresponder a dois dias de trabalho de algumas pessoas! Somente ou já foi retido pelo estado e vai ser devolvido ou pagar (possivelmente não saberiam, quanto pagariam com uma taxa ou outra), daí considerar ser despercebida. Em 2018 taxa a 0%, compreende a posição.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Sr. Américo Rocha**, disse entender que seja um valor simbólico e considerou ser fundamental usarem-se os instrumentos para a realidade que temos. “*Disse termos um problema demográfico terrível, do ponto de vista da despovoação, que não deve ser também um problema não só nosso, mas do poder central que não se pode desresponsabilizar disso e a proatividade da Câmara Municipal tem que ser fundamental. Sendo que se está a entrar numa era digital em que o trabalho, o teletrabalho são uma realidade, tornamo-nos competitivos. A questão da habitação, a atratividade de pessoas que possam criar valor e fazer a diferença, essa criatividade no ponto de vista dos mecanismos, que temos ao nosso dispor*”. Acredita que a redução do IRS pode ser um mau sinal, as duas cidades maiores Lisboa e Porto fizeram o contrário, têm taxa de 5 %, estão a tentar ser competitivas para canalizar pessoas para o seu centro histórico, estão a atrair e abdicam da receita, estão a dar um sinal e é nesse conjunto e nesse raciocínio e ainda no quadro que nós temos, dificuldade em valorizar os recursos, tornamos-mos competitivos e diferenciadores, a habitação a custos controlados, subsídio ao arrendamento, entre outras. A terminar disse ser favorável à abdicção pela Câmara Municipal do total das do imposto de receitas, das pessoas singulares.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Dr. José Barão**, disse que apesar de já ter sido aplicada em Pedrogão Grande em 2018 é de todo desaconselhável, não fazer sentido nenhum. Na sua opinião a taxa proposta pelo executivo é uma taxa equilibrada, taxa de participação de 2,5%, equilibrada porque ao mesmo tempo continuam a apoiar os municípios na medida em que estão a devolver um benefício municipal. Aquela “*rubricazinha*” que nós vemos na nossa declaração de impostos, uma taxa

de participação de 2,5%, estão a conceder um benefício Municipal do remanescer até ao 5% e ao mesmo tempo mostrarem uma preocupação com as contas do Município. Deixou ainda uma ideia que foi a seguinte, a previsão de acordo com o orçamento de receita arrecada com esta taxa, cifra-se na ordem de a partir dos 40 mil euros, que só terá efeito a partir de 2023, por isso é que estamos a decidir e será para o IRS de 2022, cuja receita só será apurada em 2023, efetivamente. Esses 40 mil euros são a provisão de valor que se pretendeu arrecadar. Há muitos Municípios que tem o conceito de orçamento participativo e a ideia que agora colocou ao executivo para avaliação para estudo, é pública e é de quem a quiser abraçar em nome dos Pedrogueses, que eventualmente essa receita arrecada seja afeta no orçamento participativo e depois a forma de o gastar seja decidida pelos Municípios. Ou seja o conceito do *“orçamento participativo é o seguinte; o executivo define um conjunto de obras, imaginemos 10 obras prioritárias e aquele orçamento afeto, no caso dos quarenta mil euros são os Municípios que vão decidir onde é que querem gastar esses valores!”*. Pensa que esta ideia não é nova, e disse não ser sua, é comum em muitos municípios portugueses, *“envolve os cidadãos, fazem parte da solução e se calhar até compreendem melhor o facto de não estarem a usufruir de um benefício Municipal dos 5%, (nos últimos três anos o município devolvia na totalidade, abdicava do 5%, os municípios tinham benefício fiscal de 5%), mas de facto parece que poderia ser uma forma, de os municípios compreenderem melhor, o porquê da solução apresentada”*, disse ser tudo.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhora Dr.ª Margarida Guedes**, disse continuar na senda do que entende serem as suas ideias e neste contexto, relativamente à devolução da maior ou menor taxa de participação, referiu os Municípios terem tão pouca matéria em que podem intervir e decidir, pelo que tendo esta oportunidade, não deve a mesma ser desperdiçada, valendo a pena inclusivamente ser discutida. -----

-----Referindo-se às razões que o senhor Presidente da Câmara Municipal invocou, para colocar esta taxa de participação em 2,5%, no entanto disse ser a sua opinião contrária, pois entende ser um território onde de facto se precisa desta alavanca. Mais, o facto de *“serem 40 mil euros ou 80 mil euros, não servirem rigorosamente para nada”* ainda em relação às palavras proferidas pelo mesmo, não partilha dessa opinião, bem como em relação ao referido, pelo Dr. Rui Capitão, em ter proferido serem *“migalhas”!* -----

-----Proseguiu e salientou que de facto em 2018 esta Assembleia Municipal, ter aprovado efetivamente a taxa de zero por cento, considerando que deveria ter sido devolvido o devido, lamentando ainda o facto de não ter sido acautelada essa matéria. Em sua opinião disse ainda, que os municípios não reivindicaram, possivelmente por desconhecêrem. Proseguiu e acreditando ser possivelmente um pequeno contributo para quem o recebe, no entanto ser um sinal de que o Município se preocupa. Serem *“pequenos mimos”* e podendo o Município contribuir, seria uma mais-valia, inclusivamente não iriam essas importâncias para os cofres da Autarquia e fazerem efetivamente a diferença. -----

-----Disse ser do seu agrado o Orçamento Participativo, inclusivamente ser do seu conhecimento que muitos municípios têm esse tipo de orçamento, considerando ser muito interessante a implementação do mesmo, onde o cidadão pode participar/intervir, tanto mais o de Pedrógão Grande, ser um Município pequeno e a terminar disse *“há pequenos olhares, que nos fazem fazer a mudança”*. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, disse não dominar a parte fiscal mas, no entanto, disse vivermos numa região do interior, diferente de outras, considerando que os valores em causa do IMI, da derrama por pouco que sejam esses valores residuais para além da forma como *“acarinhamos as pessoas”*, são fatores de diferenciação e, como tal, significativos. Apostar em Pedrógão Grande, na forma de estar e ser, de trabalhar e acolher será a resposta que fará a diferença. Considerando ainda que o Município em anos transatos tem falhado muito nessa parte. Considerou que *“essa venda”*, o saber vender bem o nome de Pedrógão Grande tem que ser feito a nível empresarial, tratando-se de uma aposta fundamental. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Mafalda Coelho**, interveio e começou por saudar o Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes e disse ser um orgulho pertencer à bancada do PSD, pois revê-se em tudo o que foi dito pelos companheiros. -----

----Em relação à taxa de 2,5%, disse em sua opinião ir fortalecer o sentido reformista, não no sentido de políticas fáceis, pois muito já se disse e muito se debateu sobre esta matérias, mas considerou ainda ser somente com reformas de fundo que se consegue reformular e reestruturar o concelho de Pedrógão Grande. -----

----Sugeriu aplicação destes 40 mil euros num Orçamento Participativo Jovem, que chame os jovens à coação e capte atenção deles, porque muitas vezes tem que se sair do concelho, para encontrar outras atividades que se pretendem. Considerou ainda, só assim se poder combater o descrédito, revolta e inércia que muitos jovens sentem e sentiram principalmente nos últimos mandatos. Prosseguiu afirmando que só assim se poderá construir um Pedrogão Grande dinâmico, moderno e que crie sinergias e que capte atenções e ainda que seja irreverente e inovador e de facto se possa, nestes Orçamentos Participativos Jovens, criar espaços de coworking (para os jovens que tiram as suas licenciaturas etc, e possam trabalhar). -----

----Ainda referiu, atividades de incentivo ao empreendedorismo, sendo de opinião começar-se logo no ensino básico a ensinar as “crianças a pensar fora da caixa”, a ter ideias! Dissertou ainda sobre a criação de webs empresariais e de apoios a “starters” inovadoras. -----

----A terminar acrescentou que inclusivamente até no sentido do turismo, tanto mais hoje ter que ser pensado de maneiras diferentes, mais sustentável e de forma tecnológica”. Agradeceu. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia** após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta de **Participação Variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)RS-Ano 2022**, tendo sido **Aprovado por Maioria, com dez (10) votos a favor da bancada do PSD, seis (6) votos contra da bancada do PS e duas abstenções da bancada do CDS.** -----

*

-----3.9.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº10.P/2021- **Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2022.** -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes:** *“Também este imposto Municipal, que incide sobre as edificações constitui uma receita municipal, que afeta transversalmente todos os sujeitos passivos direta ou indiretamente, com necessárias repercussões no desenvolvimento concelhio, nos mais diversos domínios. Fixar para o ano de 2022 a taxa a aplicar aos prédios rústicos em 0,80%; a taxa aplicar aos prédios urbanos em 0,30€. Fixar uma minoração de 30% da taxa a todos os prédios urbanos inscritos até 1970 ou reconhecidos como tal se omissos etc., pelo período de 5 anos...”* Fixar uma redução de 20% a todos os prédios urbanos que sejam alvo de arrendamento comprovado legalmente, devendo este benefício ser solicitado pelo munícipe anualmente ... *“Fixar uma majoração de 30% a todos os prédios urbanos degradados ...”* *“Fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto aos imóveis destinados habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que compõe o agregado familiar do proprietário. Numero de dependentes a cargo e dedução fixa: 1---20€;2---40€ e 3 ou mais---70€. Olhar para esta matéria futuramente de outra forma”.* -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu a taxa de majoração aos devolutos ser mais uma vez esta matéria, trazida à Assembleia Municipal, sendo de opinião não estarem em causa os prédios em ruínas, nem os prédios urbanos degradados, mas os devolutos. Aqueles que os proprietários por opção própria, não os colocam no mercado de arrendamento, seja para comércio, habitação e não têm qualquer tipo de consumo de energia elétrica, de água, não tem consumos,

acrescentou. Considerou ainda ser necessário, nos prédios que ninguém habita há diversos anos, estes efetivamente terem taxas agravadas, tanto mais não estarem ao serviço de Pedrógão Grande, nem dos Pedrogueses. Efetivamente têm proprietários que não potenciam ou favorecem o mercado de Pedrógão Grande, sendo nesse sentido que todos os anos, independentemente da cor política que está no executivo, tem deixado um apelo, para se fixar uma taxa de IMI que majorasse negativamente, não só para os que estão degradados. Considerou ser-se consequentes, ter-se estratégias e políticas consolidadas e lançadas entre si. Referiu ainda ser a taxa do IMI uma medida das poucas que se pode efetivamente decidir. A terminar a sua intervenção considerou ainda, que majorar prédios devolutos, vazios, obrigaria a um gabinete jurídico, no entanto e em sua opinião, esta seria uma mais-valia, deixando a sugestão, para que o executivo repense, nesta opção. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Sr. Américo Rocha**, subscreveu as palavras do Dr. Rui Capitão e querer reforçar o que efetivamente foi dito em relação ao IMI, considerando ser um instrumento que pode ser utilizado para canalizar resoluções de problemas, tanto na questão de criar ofertas e/ou de políticas de habitação, tendo-se em conta a questão da ocupação e idade dos imóveis devolutos, inclusivamente em zonas nobres no concelho. Sendo ainda de opinião não se sentir escandalizado com a penalização dos mesmos, nomeadamente para quem não os utilize e não crie efetivamente nenhuma dinâmica, na sua manutenção. A terminar a sua intervenção disse aguardar pela proposta do executivo e que a mesma seja presente a esta Assembleia Municipal. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.^a Margarida Guedes**, referiu que muito já foi dito, do que efetivamente gostaria de explanar nesta sessão, relacionado com o tema, no entanto subscreve o que o Dr. Rui Capitão dissertou, relativamente aos prédios degradados. Compreende não ter havido tempo para reformular a proposta, pelo que foram efetivamente os valores do ano passado, considerando ainda ser legítimo, tanto mais com a política de habitação a que o executivo se está a candidatar. No entanto referiu que para o próximo ano, será mais fácil considerando a hipótese de fazerem um estudo aprofundado, percebendo quais os fogos que estão degradados, qual o impacto deles na habitação em todo o concelho, pois muitos deles, estão quase a ruir. -----

-----Prosseguiu e lamentou que por diversas vezes pessoas procurem um arrendamento, sem obterem resposta positiva, considerando ainda, que se a taxa de IMI fosse substancialmente diferenciadora, faria com que mais pessoas pudessem ter um arrendamento, pois possivelmente levaria a que os proprietários repensassem e os vendessem, ao aperceberem-se que estariam a pagar muito por um facto e os resultados não serem os expectáveis. -----

-----A terminar sugere que o executivo repense em toda esta matéria, salientando ser esta taxa efetivamente, mais uma taxa que pode ser decidida, nestes órgãos Autárquicos! -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. António José Lopes**: disse estar *“completamente de acordo, com as sugestões e intervenções dos membros da Assembleia Municipal, pelo que o executivo irá rever este imposto, no próximo ano”*. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia** após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta da **Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2022**, tendo sido **aprovado por Unanimidade, com dezoito (18) votos a favor**, zero votos contra e zero abstenções. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Raúl Garcia**, convidou o executivo, os membros da Assembleia Municipal, o público e restantes colaboradores, a comparecerem dentro de meia hora, conforme o que havia referido no início da sessão. -----

-----Convidou ainda os três Presidentes das Juntas de Freguesia, a debruçarem-se sobre os pontos 3.15 e 3.16, respetivamente por serem uma decisão destes e que transmitam o que entenderem; 3.15.- Apresentação, discussão e nomeação de representantes na **Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, ao abrigo do DL nº82/2021 de 13 de outubro e 3.16.-Apresentação, discussão e eleição do **Presidente da Junta de Freguesia**, em representação das Freguesias do concelho no **“Conselho Municipal da Educação”** e nomeação do **“Conselho Municipal da Educação”**. -----

*

-----3.10.-Apresentação, discussão e votação da proposta nº 13.P/2021- **Organização dos serviços do Município de Pedrógão Grande**. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara Municipal, Dr. António José Lopes**: a presente *“proposta é no sentido de que a organização dos serviços Municipais a implementar obedeça ao modelo de estrutura hierarquizada...”* a) *Estrutura flexível, composta por unidades orgânicas flexíveis, correspondendo a unidades a criar...no número máximo de quatro*, “b) *Subunidades orgânicas, quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, até ao número máximo que se fixa em três*”. Acrescentou ter a ver com a gestão autárquica, com as matérias no momento irreversíveis, relativamente às competências que vão ser transferidas na área da saúde, ação social. Ainda sobre esta matéria foi apresentada o slide, com o organograma em questão. -----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Raúl Garcia** questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de se inscreverem para participar no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores **Dr. António Figueira, Dr.ª Margarida Guedes e Sr. Américo Rocha**. -----

-----O **membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, referiu serem as passagens das competências para os Municípios não serem matéria só de agora, já anteriormente debatido, concorda em ser este o caminho, bem como para salvaguardar o reforço financeiro, para fazer face a estas competências. -----

-----O **membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, referiu estar a falar só por si e não pela bancada, entendendo serem demasiadas unidades orgânicas. Referiu ainda que uma *“Câmara Municipal como a nossa”* não comporta mais de 3 unidades orgânicas acrescidas de divisões. Acrescentou não ter nada contra as chamadas de secções, considerando ainda serem importantes, pois o serviço nas Autarquias tem que estar hierarquizados, tem que ter técnicos responsáveis para o efeito. Contudo, do modo como foi apresentado este mapa, não o entende assim, parecendo-lhe estar tudo ao mesmo nível. Acresce que a proposta que é apresentada constitui um aumento de despesa considerável, possivelmente comportável, mas não para a dimensão da Câmara de Pedrógão Grande. --

-----Sendo que o senhor Presidente da Câmara Municipal atalhou e esclareceu *“não estamos a falar de divisões, estamos a falar de unidades orgânicas apenas.”*. -----

-----Proseguiu referindo, ainda que *“a vaga de um chefe de divisão que foi afastado, tem 9 meses para ser substituída, desde que se abra concurso. Foi aberto, esteve proposto, veio o chefe de divisão de obras que não concorreu para aquele lugar e lugar que não existia e ainda colocado em regime de substituição na divisão de obras, e vem agora aqui provido em regime de substituição. Substituição de quê se não havia lugar a preencher. Caiu uma divisão (DAF) que deixou de existir e criou-se uma nova, que deve ser esta para uma divisão de obras”*. Criaram-se ainda duas unidades também em regime de substituição, referindo ainda que o regime de substituição só existe quando o lugar está efetivamente criado! Relembra que foi exatamente esse, um dos motivos da sua saída da reunião com o então vereador Raúl Garcia, *“saímos exatamente da reunião porque não concordámos com esse mapa de pessoal contudo, o senhor presidente cessante decidiu recrutar um vereador para cumprir o objetivo que está agora aqui*

presente". Respondeu ainda ao presidente da Câmara que o anterior mapa nunca veio à Assembleia Municipal para ser votado. -----

-----**A senhora vereadora Eng^a Dora Rodrigues** referiu o executivos não estar aqui para aprovar o organograma. Está-se a pedir que se aprove para que se possa ter até ao máximo de 4 unidades, independentemente das divisões. Referiu estarem 3 para depois se poder mudar alguns setores, a fim de reorganizar os serviços com tempo e é nesse sentido, estarmos a tentar com tempo, antes de aceitarmos as diversas competências, que *"estarão para chegar"*.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Professor António David**, questionou com admiração se *"agora não há chefes de divisão"* e considerando que o que está mal tem que ser corrigido, pelo que o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** retorquiu *"Serem coisas do mandato anterior, no entanto estamos a tratar disso"*. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Sr. Américo Rocha**, referiu o que entende da proposta, não ter nada a ver com o que está na mesma, o proposto é uma estrutura flexível passando a ler a referida proposta"...."-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, leu *"... sob proposta da Câmara Municipal, compete entre outras coisas aprovar o modelo da estrutura orgânica, aprovar a estrutura nuclear....a definir o numero máximo total e definir o numero máximo de equipas para esta votação"*. ---

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, disse ser aquele mapa para tentar perceber-se o que o executivo pretendia fazer. Prosseguiu lamentando saber que estaria mal, toda aquela matéria tratada pelo anterior executivo, no entanto nunca pensou que fosse efetivamente tão mau. Continuou esclarecendo que o executivo quer trazer a esta Assembleia Municipal, para que se possa aprovar, para trabalharem aquelas situações e se adequarem às novas competências que venham a ter, independentemente das alterações que possam vir a esta Assembleia Municipal...". -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia** após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta da **Organização dos serviços do Município de Pedrógão Grande**, tendo sido **Aprovado por Maioria, com doze (12) votos a favor, zero votos contra e seis (06) abstenções do grupo do PS.**-----

*

3.11.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **rejeição da transferência de competências na área da Educação e Saúde.** -----

3.12.-Apresentação, discussão e votação da proposta de **rejeição da transferência de competências na área da Ação Social.**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Dr. Raúl Garcia**, disse serem as duas propostas apreciadas e discutidas em conjunto e questionou o **Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, se queria fazer alguma intervenção, pelo que deste modo usou a palavra para referir, o executivo não ter condições para se receberem as competências do Ministério da Educação da Saúde e da Ação Social, neste momento. São competências, distribuição de recursos, pelo que têm que ser muito bem acauteladas, em termos de recursos humanos, encargos com as instalações, sendo que o processo está a ser conduzido, no entanto a data de aceitação é até 31 de dezembro corrente. Mais referiu que da parte do Ministério Saúde, disse ainda não terem sido efetuadas diligências, no entanto considerou haver necessidade de serem chamados para negociações. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia questionou de quem se pretendia inscrever, assim: Dr. Rui Capitão, Dr.ª Margarida Guedes, Sr. Américo Rocha. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão disse em tom de desabafo, também terem sido solidários com executivos anteriores, no entanto referiu “*parece brincadeira*”, pois existe um pacote financeiro, sem afetação, com diversas despesas, recursos humanos, etc. O estado quer com este pacote que as Autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) aceitem as respetivas competências. Acrescentou não ser concebível, sem nenhum tipo de estímulo, de contrapartidas financeiras. A terminar considerou ser efetivamente favorável a esta transferência de competências, pois são estas Autarquias, que fazem o elo de ligação com os munícipes. Lamentou ainda a falta de posição da ANMP, relativamente a esta matéria, a qual deveria estar efetivamente ao lado das Autarquias. Disse ainda serem solidários (bancada do Partido Social Democrata) com o executivo, e salientou no entanto, que infelizmente não haja condições para aceitação das mesmas, bem como o modo como o estado central está a proceder. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. Margarida Guedes, disse ter duas posições: pessoalmente a primeira e referindo-se à educação disse ser frontalmente contra a transferência de competências e a seguir explana o motivo da sua declaração pessoal, pois considerou que a transferência de competências na área da educação, não pode ser politizada e a partir do momento que entrem nas Autarquias, são politizadas. Prosseguiu referindo ser a outra igualmente a posição da bancada do Partido Socialista, estranhando que o executivo remeta para a Assembleia, esta matéria nomeadamente na área da saúde, sendo que apenas se vislumbra o título! Mais referiu estranhar serem acompanhadas somente de pareceres de técnicos, os quais remetem para a Assembleia Municipal e não o Executivo, como tem sido hábito. -----

-----Prosseguiu e referindo-se agora às transferências de competências na área da ação social e educação, sendo que relativamente a esta última e supondo que o executivo não tenha conhecimento, salientou há muito ter vindo para a Autarquia, tudo o que é para ser transferido, a respetiva verba, os recursos humanos, as intervenções inclusivamente o montante de cada intervenção, acrescentando estar tudo na posse da Autarquia. Não pode aceitar como referido o desconhecimento dessa matéria, pois em sua opinião tudo terá vindo atempadamente dos serviços centrais, sendo ainda de opinião que haveria tempo para ser negociado, sendo que inclusivamente se o montante não fosse o correto poderia o mesmo ser negociado, acrescentou! Na Ação Social referiu ser um “*bocadinho diferente*” dado o pacote financeiro ser pequeno, face às competências em causa, sendo esta matéria mais complicada, trazendo uma série de serviços agregados e como se depreende será mais difícil de gerir, inclusivamente até compreenderão a não-aceitação de momento. -----

-----Foi esta matéria ficando em suspenso, pois os serviços centrais também o permitiram, acreditando pois, que inclusivamente em relação à educação, não serão certamente essas as razões invocadas, quanto à ação social, deixaram o benefício. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raul Garcia, referiu estarem a votar a ratificação da deliberação do executivo.-----

-----Prosseguiu e referindo-se aos documentos/informações citadas pela Dr.ª Margarida Guedes, disse não deverem formalmente fazer parte dos documentos a enviar à Assembleia Municipal. -----

-----Prosseguiu esclarecendo o que está em questão, é que nenhum Município poderá aceitar competências sem o respetivo “*envelope financeiro*”, sejam elas quais forem. Dissertou, referindo estar-se atravessar uma fase de grande incerteza, não sabendo o que o futuro reserva, se o governo será o mesmo e se tem a mesma orientação. Sabe pois é que a maioria das Autarquias rejeitou. A terminar esta matéria salientou ainda, que “*hoje dia 29 de dezembro de 2021 vai-se votar*”, mas no entanto referiu não se poder aceitar as referidas competências, pois não há garantia nenhuma, desse mesmo “*envelope financeiro*”!-----

-----Mais referiu, dirigindo-se à Dr.ª Margarida Guedes e à sua bancada, lembrando que o P.S. enquanto esteve à frente dos destinos da Autarquia, teve a mesma posição de rejeição destas

competências e como tal, considerou que o P.S. deve votar em conformidade com o que é o seu histórico, no entanto disse ficar à consciência daqueles. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, esclareceu sucintamente a diferença de tratamento entre os Ministérios da Educação e do da Saúde. Sendo que o executivo foi abordado pelo primeiro, ter inclusivamente havido uma reunião esclarecedora. Enquanto com Ministério da Saúde não houve essa abertura, pelo que desconhece o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais. Mais disse e lamentando não ter havido diligências no sentido de aceitação das referidas competências. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Sr. Américo Rocha**, disse entender a “herança” deixada, implicar um conjunto de adaptações e que a negociação deverá ser feita, no entanto não deverão ser descuradas as compensações financeiras, encargos ou seja, um conjunto de mecanismos. -----

-----Salientou que do ponto de vista da aproximação, os eleitos respondem às necessidades dos eleitores mais diretamente, aliás como já foi referido, dada a proximidade inerente e inclusivamente detetarem as necessidades dos seus munícipes, respondendo às necessidades sociais, no entanto lamentou que a proposta seja vaga e inclusivamente que deveria ser mais concreta, pois deste modo e sem essa transparência não ser viável essa concretização, sendo ainda de opinião compreender a posição do executivo. -----

-----Prosseguiu e em particular viu-se confrontado, com a filosofia do PS., ser do seu conhecimento que os vereadores do PS votaram a favor da rejeição, pelo que sugeria que houvessem elementos mais concretos do ponto de vista das compensações financeiras, para o Município, ou seja mais informação, pois gostaria de poder votar em consciência, para se sentir confortável e votar a favor. -----

-----**A Vereadora Srª Engª Dora Rodrigues**, referiu ter que comunicar à DGAL até ao dia 4 de janeiro, se efetivamente se aceitam ou se recusam as transferências, hoje tem que ser decidido. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu que “ *Nós o PSD, estamos a favor destas competências, assim como os membros da bancada do PS pois, considera-se serem as Autarquias o ele de ligação entre as pessoas*”...referiu ainda que simplesmente ninguém pode aceitar esta matéria, do modo como é apresentada. -----

-----Acrescentou serem solidários com o executivo, considerando ainda ser este que decide efetivamente se reúne condições, toda esta matéria e se estão efetivamente em condições de aceitar as mesmas. Acrescentou “*Nós PSD vamos adotar a mesma posição, que adotamos em votações anteriores, estamos solidários com o executivo!*” . “*Lamentamos no entanto que não possam ser aceites*” -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, disse que “*nós olhamos para estas pequenas Câmaras com as dificuldades com que vivem no seu dia-a-dia, quanto mais numa situação de herdarem um acréscimo de competências, sem que haja um reforço financeiro, há que ser cauteloso*” “ *é bonito*” aceitar essas competências, mas o aumento do quadro do Município, penaliza qualquer executivo em funções, se não houver um pacote financeiro para fazer face às despesas correntes, disse ser muito constrangedor. No entanto, disse se tratar de uma decisão do executivo, que merece se respeitar. -----

-----**O vereador da Câmara Municipal Sr. Luís David**, disse ter rececionado na reunião de Câmara Municipal, documento referindo que não havia pacote financeiro a acompanhar essas transferências de competências, sendo favorável à não passagem das mesmas e foi nesse sentido que “*acompanhamos o executivo*”, ressaltou não estar a responder pelo vereador Eng Nelson David. -----

----- **O membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, disse estar a falar em nome pessoal, não estar a defender ou representar o PS, ter sido eleito nas listas daquele partido do qual muito se

orgulha, mas é “independente”, e quanto à educação referiu ser contra a transferência das competências, para as Autarquias. Não foi do seu agrado a forma como foi apresentado o documento, com o título “rejeição”. Com outro tipo, possivelmente com um parecer técnico, em que tomariam a decisão se, se aceitavam ou não. Bem como a educação juntamente com a saúde, disse estar confuso. Como referido, vão reunir um minuto ou dois, acrescentou.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Margarida Guedes**, ainda em relação a esta matéria considerou que os membros da Assembleia Municipal tem o poder de decisão, têm opinião.-----

-----Mostrou satisfação em relação ao referido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, em relação às conversações mantidas com o Ministério da Educação, considerou serem uma vantagem e a bem da democracia.-----

Solicitou uns minutos para que a bancada do Partido Socialista possa reunir e trocarem impressões. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia** após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta de **rejeição da transferência de competências na área da Educação e Saúde.**, tendo sido **aprovado por Maioria, com cinco (5) votos contra da bancada do PS, uma abstenção da bancada do PS e doze (12) votos a favor.** -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia** após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta de **rejeição da transferência de competências na área da Ação Social**, tendo sido **aprovado por Maioria, com zero (0) votos contra, seis (6) abstenções e doze (12) votos a favor.**-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, pretendeu fazer uma **Declaração de voto**: “Eventualmente não estar bem definido junto da Autarquia o pacote associado, quer o pacote financeiro ou recursos humanos associados e portanto não tendo isso, evidentemente que não poderiam eventualmente aceitar, conforme diz a proposta”. -----

*

3.13.-Apresentação, discussão e votação das propostas de **Transferências de competências para as Juntas de Freguesia.** -----

3.14.-Apresentação, discussão e votação das propostas de **Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia.** -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia**, solicitou ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António José**, para explicar as diferenças e o que tiver por conveniente, sobre a matéria. –

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, explicou sucintamente: Transferência de competência e delegação de competências, efetivamente para as três juntas de freguesia do concelho de Pedrogão Grande, a da sede do concelho, Vila Facaia e Graça. Através do decreto lei nº 57/2019 de 30 de abril foi concretizada a transferência de competências dos Municípios para os órgãos das freguesias ao abrigo do nº 2 do artigo 38º daquele diploma. Delegação de competências Lei 75/2013 de 12 de setembro, nº 1 do artigo 120º, caracteriza-se através da celebração de contratos inter-administrativos.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de se inscreverem para participar no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores **Dr. Rui Capitão, Dr.ª Margarida Guedes.** -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, começou por referir o que se passou em anos anteriores e disse ter sido um processo complexo, pois as Juntas de freguesia, sentiram-se um pouco injustiçadas, possivelmente por ser novidade e ambas (Câmara Municipal e Juntas de freguesia) não estarem preparadas para esta matéria. No entanto e este ano, transpareceu ter havido um processo construtivo de diálogo, de consenso, independentemente das *“diversas cores políticas”*. -----
-----O senhor Presidente da Câmara Municipal disse ter havido um *“acordo de cavalheiros”*. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, referiu ter sido do seu agrado ver a documentação, considerou-a lúcida e transparente. -----
-----Prosseguiu para salientar que não lhe pareceu tão bem, que o mesmo montante fosse atribuído de igual modo às três juntas de freguesia. Disse não ter a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande transportes escolares, no entanto disse ter cerca de oitenta e quatro lugares. Referiu que outras Juntas de Freguesia são mais pequenas, no entanto considerou terem também algumas benesses. Salientou não estar contra, no entanto gostaria que a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande tivesse mais algum indexante, pelo facto de ter bastantes lugares para limpar e não ter o apoio, que têm as Junta de Freguesia de Graça e Vila Facaia, nomeadamente com pessoal afeto da Autarquia. Considerou deste modo, terem muito mais despesas, pois tem que contratar gente para esses serviços. A terminar referiu ser igualmente a opinião da bancada, acrescentando que tanto mais, ser a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande a sede, estar sempre aberta e disponível. -----

-----**A Presidente Junta de Freguesia de Pedrógão Grande D. Fátima Neves**, disse ter sido uma reunião cordial, *“ficamos abertos a conversações e ficamos com a possibilidade de reunir posteriormente, ficando em aberto a possibilidade de um apoio extraordinário, para aferir algumas diferenças, como a Dr.ª. Margarida enunciou.”*... *“Caso haja outras situações, socorreremos-nos dessa negociação que ficou em aberto”*. Salientou estar convicta, de estarem a correr bem as conversações. ---

-----**O Vice-presidente da Câmara Municipal Eng.º Luís Correia**, disse ter Pedrógão Grande cinquenta e sete localidades e não oitenta e quatro, como referido pela Dr.ª. Margarida. Efetivamente ser a área da freguesia de Pedrogão Grande superior, mas não pode o executivo partir do princípio que todas têm as mesmas competências. A Junta de Freguesia de Pedrógão Grande dentro das localidades limpa efetivamente mais localidades. A Junta de Freguesia de Vila Facaia e Graça também limpam dentro das localidades, a Câmara Municipal não tem que se preocupar com a limpeza das bermas das estradas. A nível das escolas procedem à manutenção dos veículos, transportes escolares, seguros, combustíveis, despesas estas bastante mais majoradas, quando comparadas com a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande. Ainda a nível das escolas a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande não tem a manutenção dos espaços envolventes e a Junta de Freguesia de Vila Facaia e Graça têm. A nível de limpeza de espaços verdes, a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande não tem nem que fazer a manutenção da vila. As outras têm. E ainda têm nas suas dependências feiras e mercados. Pareceu justo que embora as Juntas de Freguesia de Vila Facaia e Graça com menos área, mas com muito mais competências e responsabilidades. É uma forma de equilibrar e de não prejudicar, quem não tem estas mesmas competências. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia da Graça Sr. Custódio Rosa**, referiu que adquiriu uma viatura e aquela Junta de Freguesia ter apenas um funcionário da Câmara Municipal. Dissertou acerca das várias atividades que o mesmo desenvolveu diariamente, nomeadamente transportes escolares de manhã e à tarde e nos intervalos acrescentou que o mesmo trabalhador, executa outras tarefas, não sendo rentabilizado por causa dos transportes escolares. Salientou *“andarem”* a desmastrar da EN 350 de Figueiró dos Vinhos até à Senhora da Piedade, bem como da Barragem da Bouçã até à Graça, sendo de opinião haver algumas diferenças, consideráveis. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia, após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta da **Transferências de competências para as Juntas de Freguesia**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade com zero votos contra, zero abstenções e dezoito (18) votos a favor.**-

-----O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta da **Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade com zero votos contra, zero abstenções e dezoito (18) votos a favor.** -----

*

3.15.-Apresentação, discussão e nomeação de representantes na **Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, ao abrigo do DL nº82/2021 de 13 de outubro. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. Raúl Garcia, começou por referir que o Partido Social Democrata (PSD) vai apresentar uma proposta para votação secreta, para designação de até dois representantes das freguesias do concelho (alínea b) do artigo 29º do Decreto-lei nº 82/2021 de 13 de outubro) para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, sendo indicado o Presidente da Junta de Freguesia da Graça e deixando em aberto a possibilidade do grupo do Partido Socialista (PS) apresentar a D. Fátima Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande. Questionou de seguida se a bancada daquele partido (PS), tem alguma coisa a dizer em relação à proposta do PSD, sendo a decisão pela mesma lógica de consenso.-----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes, referiu ter ficado implícito na última sessão da Assembleia Municipal e dado ter sido escolhido um representante da Junta de Freguesia do Partido Social Democrata (PSD) e considerando ainda que na mesma sessão referiu, que nas próximas e sendo agora o caso, também atuaria a democracia. Prosseguiu e disse concordarem, que nesta proposta, fosse efetivamente colocada a D. Fátima Neves, a segunda representante.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia, disse haver consenso no entanto procedeu-se a votação e na concordância votar-se sim, colocando os respetivos votos na urna. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia, relativamente à designação dos representantes das freguesias do concelho, indicou serem os senhores **Custódio José Carvalho Rosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Graça, pelo Partido Social Democrata (P.S.D.) e a senhora D. **Maria de Fátima Simões das Neves** Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, pelo Partido Socialista (P.S.), nomeados para integrarem a **“Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais”**, ao abrigo do Decreto-lei nº82/2021 de 13 de outubro. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia após contagem dos votos, apurou-se serem dezoito ao todo, pelo que foi **Aprovado por Maioria, com zero votos contra, seis (06) abstenções, doze (12) votos a favor.** -----

*

-----3.16.-Apresentação, discussão e eleição do **Presidente da Junta de Freguesia**, em representação das Freguesias do concelho no **“Conselho Municipal da Educação”** e nomeação do **“Conselho Municipal da Educação”**.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia, referiu que Indicam o Presidente da Junta de Vila Facaia- **José António Dinis Henriques**, no sentido da sua nomeação. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Prof. António David**, questionou se não será a composição do concelho de educação e não a nomeação. Em seu entender as entidades designariam os seus representantes. -----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, explicou que efetivamente tem que ser presente à Assembleia Municipal a nomeação por inerência, passando a ler “ *O conselho Municipal de educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal...*” levando esta proposta com a constituição do Conselho Municipal de educação à reunião de Câmara Municipal, para posteriormente seguir para a Assembleia Municipal, para nomeação e deliberação.” Artigo 58º do Decreto-lei nº 21/2019 de 30 de janeiro.-----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, relativamente à designação do Presidente da Junta de Freguesia, indicou ser o senhor **José António Dinis Henriques**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, pelo Partido Social Democrata (P.S.D.) nomeado para representar as freguesias do concelho no “**Conselho Municipal da Educação**, bem como a respetiva nomeação do “**Conselho Municipal da Educação**”. -----

----Após votação secreta e contagem dos votos, apurou-se serem **dezoito (18)** votos no total e a favor, pelo que foi **aprovado por unanimidade**. -----

*

3.17.-Apresentação e apreciação da **Situação Económica e Financeira do Município de Pedrógão Grande**, dados referentes ao 1º Semestre de 2021. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**: disse tratar-se de documento técnico mudando do sistema, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). -----

----“A lei 75/2013 de 3 setembro, artigo 77º alínea d) do nº 2 que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais compete ao Auditor Externo, responsável pela certificação legal de contas do Município “Remeter semestralmente aos Órgãos Executivo e Deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira “. O presente relatório refere data de 30 junho de 2021 (1º Semestre de 2021) da responsabilidade do Auditor Externo Rosa Lopes Gonçalves & Associados SROC, Ld.ª. -----

----Conclui-se que “Face a estes valores, o Município de Pedrógão Grande, ...registra neste semestre um desempenho económico inferior face ao verificado a 6 duodécimos de 2020, sendo de referir aumento das transferências da administração central e dos efeitos da pandemia covid-19. De referir o aumento da dependência do Estado Central em termos de receitas efetivamente cobradas (62,1% em 30 de junho de 2021 contra 56,7% no período homologado anterior) fundamentalmente explicada pela diminuição de receitas próprias, com o aumento das transferências da administração central.” -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de se inscreverem para participar no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores Dr. **Rui Capitão e Dr.ª. Nélia Alves**. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, disse serem os documentos cada vez mais técnicos e extensos e o trabalho estar dificultado, ser a exigência cada vez maior, concluiu.-----

----No entanto o cenário, referiu-se relativamente ao relatório intercalar do 1º semestre, ser “preto”, tanto na parte da receita como no grande indicador da despesa de capital. Dissertou e relativamente a projetos, colocou a hipótese de alguns não terem sido viáveis, não terem ido vante, considerando ainda

ter acontecido algo, possivelmente por vicissitudes próprias do Portugal 2020, quando se trata de projetos cofinanciados, no entanto salientou a culpa não ser dos executivos -----

----Prossegui e segundo a análise que fez, relativamente ao grau de execução até 30 de junho de 2021, considerou não ser nada favorável. Disse aguardar que os dados que venham, aquando da aprovação de contas com os dados consolidados do segundo semestre, sejam mais positivos e de outra ordem, deixa essa matéria em aberto, ponderando no entanto, não ter muita esperança.-----

----Deixou duas questões em aberto e em sua opinião referiu causarem algum transtorno, nomeadamente que algumas participadas, não forneçam os dados atempadamente à Câmara Municipal e ao ROC, relembra ser o relatório intercalar com data de 30 de junho de 2021, mas ter sido feito em dezembro de 2021. Prossegui e disse estar-se a falar de participadas, que todas elas têm contabilidades organizadas, estão pendentes de balancetes, responsabilidades bancárias, tendo que os apresentar, lamentando que, ou não existem o que não acredita, ou não são participadas/comunicadas. -----

----Referindo-se particularmente à Petroensino, salientou terem que fornecer efetivamente os dados ao ROC, considerou no entanto ser relevante o referido em relação à APIN, da análise feita constatou àquela data um resultado negativo, que terá que ser imputado ao Município, atendendo à participação daquele na APIN, no valor de sessenta e um mil euros. Disse estranhar considerando mais grave, que o processo de transição não esteja concluído, questionando qual o ponto de situação de toda a matéria em questão, que envolve aquela Empresa e o Município. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, referiu-se à “APIN” e a propósito da transferência de prejuízos, acrescentou estarem a ser equacionadas as questões que envolvem aquela empresa e aquando da aprovação do novo tarifário, irão ser feitas pormenorizações da matéria “APIN”. Ainda em relação à questão dos ativos e passivos disse acreditar, que APIN os irá reportar. -----

----Lamentou e acreditando no entanto, que a perspetiva de continuação de resultados negativos, irá manter-se, tanto mais derivados de uma alteração ao estudo de viabilidade económica, quando foi feita a redução do tarifário, que teve consequências, prejuízos e que os Municípios, vão ter que suportar. Salientou no entanto, que esses serviços se fossem feitos pelos Municípios, os prejuízos seriam maiores.

----O que está proposto e adianta o panorama não ser favorável, tanto mais ao nível de resíduos sólidos a ERSUC, fará crescer um aumento de 50%, nas suas tarifas (e não haver alternativas a esta empresa), no entanto conseguindo atenuar a nossa tarifa para 36,6%. -----

----O executivo irá discutir essa situação proximamente, acreditando estar previsto um desenvolvimento do novo estudo de viabilidade económica, que se ajuste aos atuais consumidores, uma nova ação ou ação mais preponderante a nível do controle de perdas, no sentido de atenuar o valor a imputar ao tarifário. Apresentar o novo sistema tarifário, lamentou que ainda assim, irá contribuir para mais prejuízos! -----

----Dissertou sobre a situação de Penacova, deste Município querer sair, estar em negociações, no entanto e caso se venha a concretizar esse facto, terá que ressarcir aquela empresa em cerca de dois milhões de euros. Referiu ainda que estudos apontam para que se fosse a Autarquia a desenvolver estes serviços, haveria muitos prejuízos, sendo que o município não pode ter prejuízos no fornecimento deste serviço. O que foi dito seria a necessidade de terem cuidado com os custos fixos, nomeadamente com o pessoal, (cargos com valores elevados) no entanto compreende terem que recorrer a técnicos, para tratar desta matéria, lamentou não ter boas notícias, relacionadas com este tema. O sistema de perdas, continuar o estudo de viabilidade económica, que será para fazer e refazer a forma de obtenção de rendimentos, no sentido de atenuar este prejuízo. A redução de tarifário referiu estar a dar prejuízos e de perdas a cinco anos. Lamentou ter que prestar informação deste tipo desfavorável, acreditando que só com a hipótese do aumento de números de clientes, seria efetivamente viável uma solução e não ser o caso, tanto mais Condeixa não fazer parte.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª. Nélia Alves**, salientou ter o documento sido facultado em dezembro, mas efetivamente o reporte ser a 30 junho de 2021.-----

----Em relação ao que o colega Dr. Rui Capitão e disse ser preocupante, que as participadas APIN e Petroensino não apresentem a documentação e não facultem os dados atempadamente, para que

sejam agregadas a este documento. Deste modo pretendeu deixar esta nota de preocupação e alertar para que estas associadas doravante sejam mais colaborativas, lamentou ainda as notas preocupantes que o senhor Presidente referiu, na sua intervenção. -----

-----Outra nota de preocupação ser o aumento da despesa e a dependência da Autarquia, relativamente ao estado central. Lamentou que os efeitos da pandemia agravassem esta conjectura, não haver forma de criar receitas e a terminar referiu, ser esta nota de dependência preocupante. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referindo-se à APIN, lamentou o referido anteriormente pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, em relação ao segundo estudo de impacto económico. Em sua opinião disse ser deveras preocupante, considerando ainda que só serviria, para um novo aumento de tarifário. Prosseguiu referindo ter-se perdido competitividade, ver-se o preço da água aumentar. Dissertou sobre o tarifário na localidade da Sertã e comparativamente com o de Pedrógão Grande, a diferença ser brutal. Em sua opinião referiu ainda que, quem pensar em comprar um lote, vai preferir certamente a Sertã. Questionou qual o ponto de situação da transição entre a Autarquia e a APIN, e se efetivamente está concluído, se já foi tudo transferido, os recursos humanos, os bens materiais. Continuou questionando ainda se a Câmara Municipal, já faturou todos os serviços que foram prestados, em nome da Apin, qual o ponto de situação igualmente da água para a piscina, Campo Municipal S. Mateus, toda a matéria em causa. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, pediu a colaboração dos técnicos da Autarquia, para dissertar sobre a matéria em questão. -----

-----**A Técnica Superior Dr.ª. Sandra Martins**, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, prosseguiu e informou que os serviços municipais haviam faturado à APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, a importância de sensivelmente cento e trinta e sete mil oitocentos e setenta e um euro (137.871€) ao abrigo do Protocolo de Prestação de Serviços que havia sido contratualizado entre os Municípios e referida entidade. Prosseguiu e disse ser através do qual os Municípios se comprometiam a disponibilizar à APIN todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, mediante contrapartida de pagamento de compensação financeira. Mais referiu que o Executivo Municipal cessante, por deliberação ocorrida a 2 de junho bem como a 25 de junho de 2021, haviam deliberado a substituição da obrigação de pagamento da compensação financeira, por nova obrigação da APIN, de realização de investimentos adicionais a favor do Município de Pedrógão Grande, de valor equivalente ao respetivamente devido, a concretizar até ao ano de 2026, segundo o Regime de Novação Objetiva prevista no Código Civil. Concluiu a sua intervenção, mencionando que foram emitidas pelos Serviços Municipais, as respetivas notas de crédito para anulação dos valores faturados.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Raúl Garcia**, em diálogo com o membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida e em consonância, comentou o facto com a mesma e ter-lhe ressaltado a dúvida, de que mais tarde não se teria controlo efetivo, sobre os investimentos em causa, e relembra ainda, terem ambos votado contra. -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, solicitou ao **Vice-Presidente Eng.º Luís Correia** que dissertasse sobre o que tivesse por conveniente em relação a esta matéria, pelo que o mesmo referiu ter feito o ponto de situação dessas intervenções, que estariam planeadas para o concelho. -----

*

3.18.-Apresentação, discussão e votação da proposta do “**Mapa de Pessoal para o ano de 2022**”. -

3.19.-Apresentação, discussão e votação da proposta dos “**Documentos Previsionais 2022-Orçamento e Grandes Opções do Plano e Normas de Execução Orçamental**”. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, disse poderem estes dois pontos serem discutidos em conjunto. -----

-----De seguida solicitou ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para dissertar sobre o que tiver por conveniente. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, solicitou apoio à vereadora **Eng^a Dora Rodrigues** para informar o que tiver por conveniente, em relação ao Mapa de Pessoal.-----

-----A senhora Vereadora **Eng^a Dora Rodrigues**, relativamente ao Mapa de Pessoal que se apresenta, disse serem 21lugares a preencher para suprir necessidades permanentes do Município, que atualmente estão a ser supridas por prestações de serviços e que estarão a terminar no final do ano. Acrescentou, precisar-se desses lugares efetivamente, também para os lugares de colaboradores que se irão aposentar brevemente, (serem seis) e previstos também lugares de mobilidade de carreiras, que são quatro lugares. Novos serão apenas o do engenheiro informático e de uma jurista. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, referiu serem estes lugares para suprir necessidades por recibos verdes, atos únicos, quatro colaboradores em mobilidade, seis que se irão aposentar, sendo que o engenheiro informático está a ser necessário, será preciso fazer um relatório cibe segurança, com outro tipo de colaboração. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou da pretensão de inscrição para debate desta matéria. Para o efeito o **D. Rui Capitão e a Dr.^a Margarida Guedes, Dr. António Figueira**, procederam em conformidade. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, disse o executivo saber o que precisa, só pode efetivamente analisar o documento, no entanto referiu ser o bem mais precioso de qualquer tipo casa, os “recursos humanos”. Setor mais difícil de gerir e complicado, acrescentou. -----

-----De seguida, comparou o último mapa de pessoal, onde estariam 120 funcionários, uma previsão de preenchimento de 20 ou 30, acreditando que transitem daí estes 21.-----

-----Prosseguiu dissertando sobre a despesa que não se pode controlar, ser uma despesa fixa e só quando o pessoal se reforma, essa poderá diminuir. Questionou se não será mais vantajoso ter-se trabalhadores em prestações de serviço, em detrimento dos que estão nos quadros. Considerou e em sua opinião que com os primeiros, caso não sejam efetivamente necessários, terminarão deste modo. ---

-----Continuou, referindo que se vai criar um vínculo ao longo dos anos, no entanto compreende que o Município seja um dos principais empregadores do concelho, sendo muitas vezes difícil ter as pessoas, numa situação de precaridade. -----

-----Lamentou afirmando ser inconcebível a Câmara Municipal, não ter nos quadros um advogado/jurista e gastarem-se milhares de euros em ações judiciais (afirmou não ter recebido nada).-----

-----Dissertou ainda sobre a matéria, pensando ainda que “*os executivos vão passando por esta casa e os funcionários ficam e por vezes há que incutir responsabilidades*”. Prosseguiu afirmando que aos funcionários, há que os saber aproveitar, incutir-lhes confiança, motivação e reconhecer o seu trabalho e mérito. -----

-----No entanto e a terminar questionou ainda se o executivo fez a respetiva análise, se ponderou e se serão necessários preencher os 21 lugares, aumentar essa despesa fixa inalterável e se for efetivamente o caso, disse dar uma vez mais o seu voto de confiança, bem como disse poderem contar com os membros da bancada do Partido Social Democrata, para a sua aprovação. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, referiu que o executivo tal como disse o Dr. Rui Capitão o pessoal e o Mapa e Pessoal é sempre determinado por quem está nas funções de executivo. Dúvidas não tem de que um jurista e um informático são essenciais naquela casa e já há muito tempo que deviam estar providos. É seu entendimento que este mapa pessoal fica muito sobrecarregado e a despesa fica enorme, o que sobrecarrega em muito o orçamento. Sempre ouviu dizer que existia gente a mais, afinal considerou que não há, dado que se propõe um aumento de mais 21 pessoas. Entende ser demasiado para uma Autarquia como esta.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, disse se tratar de uma matéria sensível e essencial, a valorização dos quadros técnicos superiores e ainda que a autarquia esteja rodeada de pessoas que possam projetar e valorizar o concelho, haverá sempre a necessidade de um trabalho técnico específico que tem que ser feito, não descurando ainda a criação de um gabinete de apoio ao empresário. Todo este processo poderá trazer uma mais-valia e fazer a diferença, no entanto, os custos serão avultados. Considera igualmente a necessidade do técnico superior informático, questionando se terá que ser efetivamente um engenheiro. Considerou ainda haver outras alternativas como os técnicos de nível 4 e nível 5, atentou ainda ser este tipo de quadro menos dispendiosos para o Município. Na questão do jurista e em sua opinião, considerou ser fundamental. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal** para este se pronunciar relativamente ao Orçamento, pelo que o próprio fez uma resenha sobre esta matéria.-----

-"O orçamento de 2022 no valor de 10.998 milhões cresce 10% face a 2021, aumenta, em termos absolutos, 1 milhão de euros. -----

A receita corrente é superior à despesa corrente e financia despesa de capital com a diferença de 324 mil euros cumprindo o princípio e regra do equilíbrio orçamental.-----

A aquisição de bens de capital (43,74%) compara com as despesas de pessoal (24,24%) e aquisição de bens e serviços (21,37%).-----

Da receita corrente continua a verificar-se a dependência do estado Central não espelhando este orçamento as medidas de aumento das receitas de IRS. Por outro lado, devido ao reavivar da economia é expectável que ocorra o aumento da cobrança de receita do IMI, IMT, IUC e Derrama.-----

De referir que a comparativamente a 2021:-----

- relativamente às despesas totais as despesas correntes baixam 2%, as despesas de capital aumentam 2,4% e o investimento total aumenta 2,3%.-----

-a receita de capital reflete o FEF (capital) e Participações Comunitárias de quase 2 milhões de euros Finalmente referir que as despesas de capital destinadas a reforçar a coesão económica e social registam acréscimo de 668 mil euros.-----

As propostas assentam numa perspetiva de crescimento e desenvolvimento económico do concelho ao atuarem sobre a natalidade, o apoio à instalação de empresas e criação de emprego em que as coletividades locais são reconhecidas pelo seu dinamismo e relevância social, cultural e desportiva.-----

Nas atividades propostas mantém-se o apoio à educação, saúde, família, isto é, o apoio social, o apoio ao jovem universitário e ainda ações dirigidas ao aproveitamento dos recursos endógenos, turismo, ao ordenamento do território, da floresta e da segurança de pessoas e bens como:-----

- Apoio às instalações-----

- Limpeza de faixas de gestão de combustível-----

- Programa aldeia segura-----

- Condomínios de aldeia-----

- área integrada de gestão da paisagem-----

- Literacia para a floresta-----

Mantém-se o apoio à habitação condigna, um direito Constitucional, com a adesão ao programa 1º Direito concretizado na ELH.-----

Apoia-se a Natalidade e concretiza-se o Regulamento Municipal de atribuição de incentivos e Benefícios Sociais aos Bombeiros.-----
Em termos de reabilitação urbana mantém-se a requalificação do centro da vila, a revisão do PDM e do Plano de Ordenamento da Albufeira e Plano de Pormenor.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou da pretensão de inscrição para debate desta matéria. Para o efeito o **Dr. José Barão, Dr. Rui Capitão, Sr. Américo Rocha, Dr.ª Nélia Alves, Dr.ª Margarida Guedes, Dr. António Figueira**, procederam em conformidade.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Barão**, disse serem o Orçamento e as Grande Opções do Plano em primeiro lugar um documento político, na medida em que refletem as opções políticas do executivo municipal, em função daqueles que foram os compromissos eleitorais. -----

-----Mas também ser um documento técnico e em relação a esta matéria referiu ter analisado, gostado e deixou um elogio da forma clara e transparente, do modo como os documentos foram apresentados, sendo o exemplo disso o detalhe das responsabilidades contingentes, não obstante ser obrigatória, acrescentou. Ainda do ponto de vista técnico e a título de exemplo é o rigoroso cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, receitas correntes estimadas, são superiores ao somatório das despesas correntes das amortizações, dos empréstimos a médio e longo prazo.-----

-----Referindo-se agora à parte política, em sua opinião considerou estar em linha com o que foi assumido pelo executivo, sendo que 73% dedicado a quatro funções no domínio da ação social, ordenamento do território, turismo e cultura, administração geral do Município. -----

-----Fez de seguida uma “Declaração de interesses prévia”, sendo que faz parte dos órgãos da Santa Casa da Misericórdia, no entanto disse, não ser impedimento para referir que o subsídio dado aquela Instituição no montante previsto de vinte mil euros (20 000,00€) poderia ser alvo de uma revisão, nos próximos anos.-----

-----Congratula-se com o apoio dado à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, considerando ser uma Associação que merece todo o apoio, também à Filarmónica Pedroguense, ao Recreio Pedroguense. -----

-----A terminar a sua intervenção disse falar só por si e que o documento em apreço reflete as boas práticas da Administração, cumprimento da despesa pública garantindo a sustentabilidade económica e financeira do Município. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu ser o documento mais importante, deixa uma nota que tem a ver com a transparência. Há documentos que refletem o caminho por onde passaram, nomeadamente pelos vários funcionários, sendo que os técnicos são responsáveis, inclusivamente documentos com assinatura digital, que refletem efetivamente o aumento da transparência, salientou com agrado o referido. -----

-----Disse ainda em relação ao Mapa Pessoal, subscrever o exposto pelo Dr. António Figueira, relacionado com os técnicos especializados no 2030, seriam bem-vindos aproveitar também no sentido de interagir com as Associações, pois poucas são aquelas que têm quadros administrativos, salvo exceções. Outras há, que não tem conhecimentos de projetos e certamente nem meios, perdendo por vezes hipóteses de se candidatarem a projetos e afins, pelo que em sua opinião, terem um quadro especializado neste tipo de projetos, seria uma mais-valia, inclusivamente uma ajuda ao associativismo, seria produtivo. -----

-----Relembrou o facto de alguns Municípios vizinhos nomeadamente Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, que estiveram sobre “Programas de Saneamento Financeiro”. Aquilo que aqui se decide, ser a taxa de participação seja no IRS, IMI, essas Autarquias não podiam decidir, porque de um momento para o outro aumentaram demasiado os seus quadros. Deixa um registo no sentido da Autarquia de Pedrógão Grande, ter passado de setenta trabalhadores para mais do dobro incluindo a proposta hoje apresentada. Disse saberem o que aprovam (os membros da Assembleia Municipal), com responsabilidade e o executivo saber o que propõe, cada um com as suas responsabilidades, mas efetivamente serem estes os factos constatados.-----

----Pretendeu deixar algumas notas e mostrou satisfação em relação à intervenção do colega de Bancada Dr. José Barão e disse aquele estar mais bem preparado. Quanto ao documento considerou-o bem-apresentado, esclarecedor, felicitando os serviços técnicos da Autarquia pela sua elaboração. -----

----Do ponto de vista político ter percebido, nomeadamente algumas propostas novas decorrentes até do próprio programa eleitoral do PSD; cartão sénior, regulamento de apoio à natalidade, pela primeira vez ter-se cabimentado para o Regulamento aos Bombeiros Voluntários, efetivamente agora explanados neste Orçamento. Existem algumas rubricas e projetos que estão a zeros ou com valores inferiores, para deixar em aberto a possibilidade de trabalhar.-----

----Viu o nome da APIN, ter a ver com outros custos trabalhos, com verba elevada se, se integra na explicação da Dr.ª. Sandra Martins. Que valores são esses, questionou. No entanto disse não saber dessas trocas de faturação por serviços e terem sido feitas à revelia da Assembleia Municipal. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Sr. Américo Rocha**, referiu que no ponto de vista da análise praticamente já tudo foi dito e bem, pelo membro da Assembleia Municipal Dr. José Barão, a questão do apoio à Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, referiu ser em sua opinião, um serviço inestimável ao concelho, uma garantia que a velhice é assegurada. Um conjunto que situações e como eleitos defender o que é fundamental, qualidade de vida das pessoas, recuperação das habitações. Viu também com o agrado o apoio aos Bombeiros Voluntários e o que é investimento nas causas sociais, recuperação da habitação, reflexo do que são as opções políticas, aproximando-se do seu pensamento e que pode ser fundamental para o desenvolvimento do concelho. No entanto se desse algum contributo, direcionaria para questão mais social do ponto de vista do alcance que é necessário e também do desenvolvimento económico. Prosseguiu e disse haver uma matriz, do que é a governação do território, um plano estratégico do desenvolvimento do concelho e ter as vicissitudes do próprio, um projeto de desenvolvimento do concelho a semelhança de outros, ter-se um documento de compromisso, de estratégia.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª. Nélia Alves**, disse querer frisar a forma como o documento foi apresentado, explícito, completo, transparente e deste modo pretende felicitar os técnicos e os funcionários que efetivamente trabalharam, para que este documento fosse apresentado ao Executivo e por sua vez à Assembleia Municipal. -----

----Referiu já se notarem as opções deste executivo, afirmando ter-se investimento na parte social, na valorização do turismo, obras das quais aqui se vai falando. Deixa o seu apreço, desejando que este orçamento seja bem executado, que estes quase onze milhões sejam efetivamente realizáveis.-----

----Tem dúvidas relativamente ao Mapa de Pessoal, tomou conhecimento de rubrica em termos de avença, serem cerca de 60 mil euros e questionou se já não serão então, para esses funcionários, ou se é uma rubrica à parte. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Margarida Guedes** disse *“nem questionar a elaboração meticulosa dos documentos previsionais”*, pois considerou eles estarem bem elaborados como sempre, sabe-se a competência de quem os elaborou. -----

----Também, não questionou as justificações macro económicas, pois todos sabem que resultam da compilação de fatores e de factos das mais diversas entidades, resultando numa compilação excelente e assim se propõem justificar as opções do orçamento.-----

----Felicitou o Presidente da Câmara Municipal, pela apresentação do orçamento pois tinha saudades de ver um presidente apresentá-lo, como é normal. -----

----Considerou no entanto este orçamento com inquietude, pois não tem visão do futuro, recorre ainda a opções pré existentes, embora algumas tenham efetivamente continuidade. Recorre a avultadas verbas nas rubricas *“outros”*, a projetos e pareceres, consultadorias e alguma falta de ambição e competitividade. Contrariamente ao que foi dito, a leitura é que as áreas de turismo tem um investimento muito pequeno, não existe estratégia de atração e oferta inovadora para a captação de turistas e sem o aproveitamento paisagístico.-----

-----Na componente de investimento social precisamos no concelho de maior investimento com uma população maioritariamente envelhecida, deprimida e com graves carências económicas, dever-se-ia contemplar mais e melhor. Também não encontra projetos de relevo relativamente ao ambiente. Na fixação ou na atratividade para jovens também não vislumbra grandes projetos; no aproveitamento dos fundos do PDR 2020 e na valorização do pinhal interior, esperavam-se candidaturas a eixos que são possíveis a que o município se possa candidatar, mas nada. -----

-----Das medidas propostas para a revitalização da família, o apoio à natalidade, diria que não podem nascer mais do que três crianças pela verba existente. Diz ter gostado sobretudo, do apoio às associações como a Filarmónica, a Santa Casa ou Recreio Pedroguense. São associações que precisam do apoio da Câmara Municipal, não se debruçou muito sobre esse pormenor, mas verifica-se uma grande dependência do estado.-----

-----De qualquer maneira sendo um orçamento de um novo executivo recém-chegado e embora conheça algumas fragilidades que apontadas e outras que deixadas de fora, espera a sua bancada que a execução seja digna deste orçamento de dez milhões de euros! -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, disse serem vinte e três horas e trinta minutos e prosseguiu para dar a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal António José Lopes**, para se pronunciar sobre as questões, sugestões e demais matéria, relativamente às intervenções dos membros da Assembleia Municipal. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao **Dr. Pedro Patrício** para se pronunciar sobre o que tiver por conveniente, relativamente a esta matéria. -----

-----**O Dr. Pedro Patrício, Consultor Financeiro da Autarquia** -Começou por cumprimentar os presentes e explicar o que se passou efetivamente, *“houve uma reunião em que esteve presente o diretor financeiro da APIN, eu que marquei presença na mesma, conjuntamente com os senhores Presidente e Vive Presidente a analisar a questão financeira, que envolvia quer o Município quer a APIN, e confrontaram-se com uma situação de um possível resultado negativo, que seria sempre entre os dois milhões e meio a três milhões de euros, no final do corrente ano. Isto iria redondear numa necessidade de um pagamento por parte de todos os municípios e no caso de Pedrógão Grande, seria sempre um valor rondando os cerca de cento e quarente a cinquenta mil euros, que seria o valor de cobertura de prejuízos, que seria expectável que o Município Pedrógão Grande, tivesse que fazer, por conta do resultado de dois mil e vinte e um (2021), e na sequência da experiência que já tinha de uma outra empresa mais a norte, no mesmo género e no sentido de tentar também proteger a empresa de eventuais impactos negativos, que viessem a surgir no futuro a médio prazo, uma vez que a empresa tem que obrigatoriamente apresentar resultados equilibrados nas suas atividades, sob pena de ter que devolver todos os fundos comunitários e que no caso, estarão em causa sensivelmente vinte milhões de euros de fundos comunitários, em todo o espectro da APIN e não só associado ao Município de Pedrógão Grande. Colocou-se a possibilidade de haver uma faturação de águas pluviais aos Municípios, que viesse compensar a redução tarifária, que foi feita sensivelmente há dois anos, no ano em que foi constituída a APIN e começou a laborar. No final do primeiro semestre, houve uma deliberação no sentido de reduzir o tarifário essencialmente de saneamento e daí que estes resultados sejam mais expressivos, nas contas da empresa. Isto foi bem acolhido pela administração da APIN afim que fomos nós, que lançamos nessa reunião, quer pela administração da APIN quer pela própria ERSAR e daí estarmos a refletir no orçamento um pagamento de água pluviais, que é da responsabilidade dos Municípios essa cobertura, e não uma transferência para cobertura de prejuízos que seria sensivelmente do mesmo valor. Isto também tem outra vantagem que é permitir que no futuro não haja a obrigatoriedade de transferir para os consumidores, este défice que existe, pois, na empresa. Esta a razão de estar deste forma como pagamento de águas pluviais e não como cobertura de prejuízos, mas no fundo o resultado seria o mesmo, porque com o atual tarifário os resultados da empresa eram desequilibrados”*.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão** começou por agradecer ao Dr. Pedro Patrício o esclarecimento, prosseguiu e referiu *"isto tem um nome, e chama-se vigarice, não no sentido penal da palavra, mas no sentido político da palavra e no sentido daquilo que somos nós Pedrogueses, nós associados da APIN. Supostamente a APIN surgiu com uma política de redução de custos de economia de escala. Há um município que quer sair e é achincalhado pelos outros, porque não pode, tendo que pagar em três suaves prestações dois milhões de euros, mas esse quer sair tem razão. Abriu os olhos e nós andamos a comer com cento e cinquenta mil euros, que é a mesma coisa, como se fossemos chamados a cobrir esse prejuízo, porque esse valor que vai para ali, não vai para outro investimento e andamos sempre com prejuízo na história das águas e as Câmaras são edilidades de bem e de seriedade são coniventes com isto?! Eu não posso compactuar com isto. Isto chama-se vigarice, porque o que foi prometido pela APIN, aliás o PSD trouxe aqui uma proposta também para o Município sair daquela empresa, o que foi praticamente reprovado, estou legitimado por todos para falar sobre isto, votei contra a criação, constituição e adesão, sempre fui contra a APIN. Mas isto, o que estão a fazer e continuam a fazer, com a conivência dos sócios é em prejuízo dos seus clientes, dos seus fregueses, porque o preço da água vai continuar aumentar, vai ter prejuízo. Muita gente anda a ganhar com a história da água, a APIN é mais um intermediário da água. Nós não podemos pagar ao mesmo preço pela água, do que se paga em Lisboa, e venham dar as justificações que quiserem e que a água não pode dar prejuízo? É um setor que infelizmente tendo em conta a nossa densidade e extensão demográfica, tem que dar prejuízo e aquilo que os sócios da APIN andam a fazer chama-se puramente vigarice, trafulhice e é feito por edilidades de bem, e as que forem coniventes com isso e se a de Pedrogão se for conivente com isso, está agir mal. Sou direto"*, disse a terminar. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, disse não querer falar na APIN, mas considerou que *"fomos todos enganados"*, quando se percebeu o ponto da situação, já estava o processo demasiado adiantado. Considerando ainda que a APIN nasceu torta, quando concelhos como Condeixa saíram, o que retirou qualquer hipótese de haver massa crítica suficiente, para que isto tivesse alguma viabilidade. Continua a pensar e que como já disse, APIN mais tarde ou mais cedo, vai implodir. Considerando ainda que se Penacova sair será o fim da APIN. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.^a Margarida Guedes**, referiu que quando a APIN foi efetivamente constituída, sabia que Condeixa-a-Nova não iria participar. O segundo estudo que foi feito, sem já, com o conhecimento que Condeixa não iria participar, se foi dito ou não, ficará com quem referiu, saiu logo de início e quer dizer que sobre a matéria que o Dr. Rui Capitão acabou de referir disse estar inteiramente do lado daquilo que disse, corrobora inteiramente no que foi dito da APIN. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Américo Rocha**, referiu-se às palavras do colega, membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão serem duras, não sabe se deve ficar em ata ou não uma declaração pública dessa natureza, não é que discorde do que disse.-----

----Dissertou e da análise que fez, inclusivamente descreveu anomalias na sua faturação de 90 euros de água, acrescentando que tem muitas *"imprecisões"* e *"habilidades"*, porque a não contagem regular da água como esta previsto ser, altera e quando vão contar muda de escalão. Aí é aplicado o consumo naquele momento da leitura, isso influencia as taxas que vem associadas, há um crescimento exponencial, sendo ainda de opinião que *"nós"* consumidores *"somos comidos"* do ponto de vista do preço pois deste modo fica inflacionado. -----

----Resultando na desconfiança que uma empresa daquela dimensão, com responsabilidade para sobreviver em sua opinião ou mudam de estratégia e/ou são mais transparentes e ainda ou explicam como é que isto acontece. Não há nenhuma empresa no mercado como mau histórico *"reputacional"* que sobreviva sendo ainda que uma empresa não pode ser posta em causa e com estes problemas, a sobrevivência pode ser posta em causa a prazo. Sugere uma reunião a fim de tratar destas matérias a fim de encontrar soluções, tomar uma posição de princípio e que se possa influenciar quem tem capacidade para decidir. Disse ainda haver matérias que não podem ser adulteradas no seu ponto de vista, em detrimento da verdade. Preocupa-o a situação e se for o caso de ter aquela empresa, que

recorrer a financiamento, poderá correr risco, prejudicando a sua cotação de imagem de mercado e inclusivamente poderá ser posta em causa a sobrevivência daquela, um bem essencial.-----

-----Lamentou toda esta situação, acrescentando que a matéria APIN “*traz-nos angustiados*” e ressaltou novamente que tem que ser discutida abertamente, tanto mais estarem vários Municípios envolvidos encontrar-se uma solução viável e transparente, para bem dos Municípios.-----

23H 42

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão** disse que “*vigarice pode ficar em ata*”, “*aliás vigarice não quer dizer que as pessoas sejam vigaristas. Do ponto de vista empresarial e de como as coisas são feitas é uma vigarice, não sabe como é nas empresas públicas. Nas empresas privadas se perdem metade do capital, o que fazem é um aumento entre os próprios sócios para cobrirem essas perdas, é transparente. Aqui e se fosse possível esse ponto, seria que a Câmara entrava com os 150 mil euros. Agora estar a “enfeixar” uma prestação de um serviço, para se cobrir as perdas considerou ser uma “vigarice empresarial” e que não é justa e porque as Câmaras Municipais efetivamente não podem! Referiu ainda, ficar aborrecido quando as Câmaras Municipais compactuam com toda esta matéria*”. Ainda em sua opinião, as mesmas não podem proceder deste modo, mas sim expressando o que devem nas assembleias de sócios e cada um assumir as responsabilidades dizerem não, e a APIN terá que “*abrir os olhos*”. Prosseguiu e salientou que “*agora não podem andar a iludir as pessoas com estas artimanhas e vigarices*”. Ainda se “*formos fazer contas aos custos para 2022 e que a APIN representa para Pedrógão Grande, temos não sei quanto de faturação que foi trocada por prestação de serviços, que não sabemos se vem, temos 150 mil euros que temos que pagar de faturação, que está aí. Temos 70 mil euros que vamos cobrir que são os custos do tarifário social, então quanto custa a APIN para Pedrogão todos os anos, qual a diferença do antigamente? É uma; antigamente nós fixávamos o preço, agora não. São outros que as fixam por nós! Não há diferenças! Se as Câmaras continuarem a pactuar com isto, inclusivamente a de Pedrógão Grande, se isto for verdade, não vamos a lado nenhum com a APIN, estamos sempre a beneficiar o infrator*”.-----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou o senhor **Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, se pretendia intervir, pelo que o mesmo referiu pretender pedir a palavra ao Dr. **Pedro Patrício**, para se pronunciar sobre o que tiver por conveniente.-----

-----**O Dr. Pedro Patrício, Consultor Financeiro da Autarquia**, referiu “*até também por uma questão da defesa da honra, uma vez que o ajustamento que foi feito e a forma como isto vai ser apresentado aos Municípios, foi sugerida precisamente na reunião que tivemos em Pedrógão Grande e colhida à posteriori pela APIN. Eu quero levar o termo “vigarice”, do Dr. Rui Capitão, para a questão e a forma como se poderá tentar justificar o equilíbrio da empresa ou não. Uma coisa que quero transmitir, é o seguinte, se o objetivo é inviabilizar a empresa, se calhar a forma que foi encontrada não será a mais ajustada, porque objetivamente a empresa não irá ter resultados negativos nos próximos anos, e cria-se aqui uma condição, para que ela se possa manter. Agora aquilo que foi feito, que foi acolhido pela ERSAR, entidade reguladora que jamais iria aceitar, que fosse feito algo, que fosse para camuflar resultados. O que aconteceu foi que, identificou-se as águas pluviais não estavam, sob a esfera da gestão da APIN. A APIN com o ajustamento de tarifário que foi feito, que foi aprovado por todos os Municípios, cada Município responderá pelas deliberações que fez, passou apresentar resultados substancialmente negativos, e aquilo que se pretendeu fazer, foi equilibrar as contas da APIN, por força a que não fosse ainda mais gravoso o resultado para os Municípios, nomeadamente a médio e longo prazo, independentemente dos resultados que venham a surgir duma eventual extinção da APIN. O que não está em causa e não tenho que me pronunciar sobre isso, o que poderia estar em causa é que no ano de 2023, a APIN ser obrigada a devolver um pacote de participações, que é superior a 20 milhões de euros. Para além da situação atual, em que a atividade em si, descontando as águas pluviais é negativa, iria obrigar a que a totalidade dos Municípios, tivessem que devolver vinte milhões de euros. Não sei o valor de Pedrógão Grande, mas não seria menos de dois milhões de euros, em termos de participações, isto fazendo com que cada Município pagasse diretamente a sua parte, ou seja o que*”

se tentou fazer foi melhorar as contas da APIN de uma forma legal, e que está devidamente regulamentada, e não mais do que isto. A forma como é analisado, este tratamento politicamente, sobre isso não me pronuncio”.-----

O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia, questionou se alguém se opunha à continuação dos trabalhos, dado serem zero horas. Ninguém se opôs. -----

-----Após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta do **“Mapa de Pessoal para o ano de 2022”**, tendo sido **aprovado por Maioria, com zero (0) votos contra, seis (6) abstenções da bancada do PS e doze (12) votos a favor.** -----

-----Após a apreciação deste documento, submeteu a votação a proposta dos **“Documentos Previsionais 2022- Orçamento e Grandes Opções do Plano e Normas de Execução Orçamental** tendo sido **aprovado por Maioria, com zero (0) votos contra; oito (8) abstenções, (6 da bancada do PS e duas do CDS) e dez (10) votos a favor.** -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António José Figueira:** em primeiro lugar, que fique aqui bem claro que sempre me pugnei pela defesa dos Pedroguenses e dos seus interesses, e assim continuarei a fazer. A *“responsabilidade política”* de cada um dos partidos que se candidata *“deve ter como grande objetivo o interesse comum, o bem da população e o desenvolvimento do concelho de Pedrógão Grande”.*-----

-----Em segundo lugar, fez uma declaração de voto dizendo *“abstenho-me, porque apenas rececionei os documentos físicos no dia 28-12-2021, sem colocar em causa os Serviços Municipais tendo em conta que estamos num final de ano, com grande volume de trabalho e havendo informação de que estão em mudança de instalações, apenas consegui ver o documento no seu geral sem o poder fazer de forma mais minuciosa e criteriosa como é meu hábito.* -----

-----*Não quero ainda deixar de realçar o empenho do executivo na elaboração deste documento em curto espaço de tempo, tão importante para o desenvolvimento do Concelho e que se pressupõe que tenha por base o cumprimento das normas legais e o interesse de toda a população”.* -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia,** questionou se efetivamente não recebeu o email anterior, com os documentos?-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira,** disse que sim. Dia 28 recebeu os documentos físicos, mas já tinha rececionado anteriormente o email, com os documentos. -----

*

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia,** referiu não haver mais intervenções.-----

-----Disse ainda não haver intervenção do público, dado o adiantado da hora, serem zero horas e 15 minutos. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia,** colocou a votação a aprovação da Ata da presente sessão, por minuta para efeitos imediatos. Foi **aprovada por unanimidade** com zero (0) votos contra; zero (0) abstenções dezoito (18) votos a favor. -----

-----Seguidamente agradeceu aos funcionários que prestaram apoio a esta sessão *“extraordinariamente”* longa, disse ser a mais longa dos 32 anos de Assembleias Municipais, 24 dos quais como Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Pegando nas palavras de um membro da Assembleia Municipal, referiu que *“como se devem ter apercebido, tem havido uma maior troca de informação e que isso de deve antes de mais, ao trabalho da*

D. Jacinta, apoiada pelos colegas, nestes trabalhos de distribuição de documentos. Queria agradecer à D. Jacinta e às pessoas que com ela colaboraram, bem como e em nome de todos". -----

-----A próxima sessão será em fevereiro, só haverá outra no caso de haver alguma razão para tal.-----

-----Desejou votos de um bom ano, para os presentes e familiares.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, deu por finalizados os trabalhos, às zero horas e vinte minutos.-----

-----Foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O segundo Secretário da Assembleia Municipal
